

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA NO
EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO PROJETO
ORCHESTRARIUM EM SANTA MARIA/RS**

MONOGRAFIA

Bibiana Turchiello Ferreira

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO PROJETO ORCHESTRARIUM EM SANTA MARIA/RS

Bibiana Turchiello Ferreira

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como parte das exigências para a obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social**.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ivete Trevisan Fossá
Coorientadora: Doutoranda Rafaela Caetano Pinto

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação
Curso de Comunicação Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia

**PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA NO EXERCÍCIO DA
CIDADANIA NO PROJETO ORCHESTRARIUM EM SANTA MARIA/RS**

elaborada por
Bibiana Turchiello Ferreira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social.

Comissão Examinadora:

Maria Ivete Trevisan Fossá, Dr^a, UFSM
(Presidente/Orientadora)

Kalliandra Quevedo Conrad, Me, UFSM

Fabiana Pereira, Me, UNIFRA

Santa Maria, 15 de dezembro de 2015.

Com amor e saudade à memória de Gustavo Vogt

AGRADECIMENTOS

Aos professores da FACOS, pela dedicação e conhecimentos passados desde o início da minha trajetória acadêmica. Em especial à professora Maria Ivete Trevisan que aceitou orientar minha monografia.

Agradeço a minha querida coorientadora Rafaela Caetano por toda dedicação, carinho e paciência que teve nas incansáveis correções. Sou grata pela profissional que você foi durante essa etapa, mas principalmente, pela pessoa encantadora que és.

Às queridas Patrícia e Taísa pelos encontros que contribuíram com a construção desse trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos do Projeto Orchestarium que me acolheram com tanto amor e me cederam espaço para realizar a pesquisa.

Agradeço a vida por ter tido a oportunidade de conhecer as minhas eternas amigas Bruna, Raíssa, Danielle e Bruna, que junto comigo choraram, riram, trabalharam e cresceram durante essa etapa. Sem vocês tudo teria sido mais difícil.

Aos encontros com pessoas tão belas que o curso de comunicação me proporcionou.

Agradeço também aos meus amigos da “máfia” que estiveram sempre presentes e me apoiaram nas diversas situações. Obrigada pelos momentos de descontração, pelas tantas histórias, pela paciência e pela amizade sincera. Em especial, agradeço a minha amiga Jor, que se dispôs a me ajudar no trabalho.

A todos os amigos que mesmo longe estiveram pertos: “a amizade é maior que tudo, já diziam os antigos”.

Minha eterna gratidão à minha família que em todos os momentos me apoiou e me serviu de base pra enfrentar todas as dificuldades durante esses quatro anos. Em especial ao querido Luiz, que com sua paciência me ajudou muito durante a elaboração da pesquisa.

Ao meu pai, João Pedro, pela sabedoria, inspiração e amor. À minha mãe, Inês, pela força e por ser a luz que me guia na vida. Nada seria sem vocês dois.

Agradeço, por fim, as crianças e os jovens do projeto, que me encantam a cada dia com a pureza e o ideal estampado no olhar. A vida ganha outro sentido ao conviver com vocês!

*Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo.
Todos os dias antes de dormir,
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente,
Não temos tempo a perder.*

Legião Urbana

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Comunicação Social
Universidade Federal de Santa Maria

PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO PROJETO ORCHESTRARIUM EM SANTA MARIA/RS

AUTORA: Bibiana Turchiello Ferreira
ORIENTADORA: Maria Ivete Trevisan Fossá
COORIENTADORA: Rafaela Caetano Pinto
Data e local da defesa: Santa Maria, 2015.

A temática desta pesquisa está contemplada por três eixos teóricos centrais: comunicação comunitária, participação, cidadania, delimitando-se ao entendimento das práticas de comunicação participativa no exercício da cidadania no projeto Orchestarium em Santa Maria/RS. O problema de pesquisa se deu através da seguinte questão: Como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto Orchestarium em Santa Maria/RS? Para responder a esta questão, tem-se como objetivo geral desse trabalho analisar as práticas de comunicação participativa no exercício da cidadania no projeto Orchestarium em Santa Maria/RS. Para tanto, elencou-se como objetivos específicos: pontuar as ações realizadas no projeto Orchestarium; caracterizar as práticas de comunicação participativa no projeto Orchestarium; e identificar os aspectos do exercício de cidadania decorrentes do projeto. Para abarcar a revisão teórica, partiu-se do conceito de comunicação comunitária, transcorrendo sobre sua historicidade e conceitos; em seguida, pelo conceito de participação ao entender suas diversas modalidades e formas de atuação e, por fim, o conceito de cidadania que contemplou uma reflexão sobre a comunicação de característica participativa na conquista de direitos do cidadão. O percurso metodológico, de caráter qualitativo, foi elucidado por meio do método do estudo de caso. Para isso, os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, observação direta e análise documental. Os resultados, a partir da análise dos materiais coletados, possibilitam entender que o projeto Orchestarium viabiliza a ampliação dos direitos dos cidadãos a partir das atividades oferecidas. Além disso, é através da transformação e da potencialização do pensamento crítico que as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto. Entretanto, essa transformação é lenta e gradual e se dá atrelada ao processo educativo; isso justifica a carência de participação nas decisões por parte dos pais, alunos e professores nos projetos e ações do Orchestarium. Por fim, entende-se que a os processos de comunicação, tanto interpessoais, quanto mecânicos, possibilitam a participação e, assim, o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Comunicação comunitária; participação; cidadania.

ABSTRACT

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Comunicação Social
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPATIVE COMMUNICATION PRACTICES ON THE EXERCISE OF CITIZENSHIP ON THE ORCHESTRARIUM PROJECT IN SANTA MARIA

AUTHOR: Bibiana Turchiello Ferreira

ADVISOR: Maria Ivete Trevisan Fossá

ASSISTANT ADVISOR: Rafaela Caetano Pinto

Place and date of defense: Santa Maria, December 15. 2015.

The theme of this research contemplates three central theoretical axes: communitarian communication, participation, citizenship, delimiting the understanding of the communication practices on the exercise of citizenship on the Orchestarium project, in Santa Maria/RS. The research problem is given through the following question: How the practices of participative communication foment the exercise of citizenship on the Orchestarium project in Santa Maria/RS? To answer this question, there is, as a general objective of the work analyse, the practices of participative communication on the exercise of citizenship on the project. Therefore, it was listed as specific objectives: punctuate the actions realized on the Orchestarium project; characterise the practices of participative communication on the Orchestarium project; and identify the aspects of the citizenship exercise that outcomes the project. To cover the theoretical review, assumes the concept of communitarian communication, elapsing about its historicity and concepts; after, over the concept of participation in understanding its diverse modalities and forms in practice; finally, the concept of citizenship that has contemplated a reflection about the communication with a participative characteristic on the conquest of the rights of the citizen. The methodological course, of qualitative character, was elucidated by means of the case study method. For that, the data were collected through semi-structured interviews, direct observation and documental analysis. The results, from the analysis of the collected materials, enables to understand that the Orchestarium project permits the enlargement of the rights of the citizens afterwards the proposed activities. Besides, it is by means of transformation and ascendancy of the critical thought that the practices of participative communication foments the citizenship exercise on the project. However, this transformation is slow and gradual and comes linked to the educative process, it justifies the lack of participation on the decisions by the parents, students and instructors on the projects and actions of the Orchestarium. To conclude, it is understood that the processes of communication, interpersonal as well as mechanic ones, allows the participation and then the exercise of citizenship.

KEY WORDS: Communitarian Communication; Participation; Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo Facebook - Sugestões de música por alunos	41
Figura 2 - Grupo Facebook - Sugestão de música por alunos	42
Figura 3 - Grupo Facebook - Curiosidade	42
Figura 4 - Grupo Facebook - Curiosidade	43
Figura 5 - Grupo Facebook - Professor	43

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice 1 - Roteiro de entrevista para pai e aluno.....	63
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista para professor e gestor	65
Apêndice 3 - Transcrição das entrevistas	65

LISTA DE ANEXO

Anexo A – CD - Estatuto da Associação Orquestrando Arte de Santa Maria.....	66
Anexo B - CD- Projeto: Sede e transporte	66
Anexo C - CD- Ficha de Inscrição no projeto "Mais Cultura nas Universidades"	66
Anexo D – CD- Proposta para projeto Proext 2016	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA	16
1.1 Comunicação Comunitária: compreendendo o conceito	16
1.2 A participação como movimento fundamental à sociedade	19
CAPÍTULO II – COMUNICAÇÃO E CIDADANIA	24
2.1 De que cidadania estamos falando?	24
2.2 A Comunicação Participativa em busca da cidadania	27
CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO	32
3.1 Objeto Empírico: Projeto Orchestarium	32
3.2 Metodologia: Estudo de caso	33
3.2.1 Instrumentos de coleta de dados.....	35
3.3 Análise dos dados	37
3.3.1 Análise referente aos direitos de cidadania	37
3.3.2 Análise das práticas de comunicação participativa	40
3.3.3 Análise referente aos graus de participação	49
3.3.4 Análise referente aos níveis de participação	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	64
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

A sociedade atual possui uma significativa discrepância em relação ao acesso a direitos culturais, políticos, sociais e econômicos. Isso fica claro devido a grande desigualdade social que diversos países enfrentam. A cultura, por exemplo, pode-se citar aqui a música erudita, está historicamente ligada às elites, em que essa minoria pertencente à classe dominante detinha grande parte dos bens culturais. No caso do Brasil, a maior parte da população ainda está limitada ao benefício desse direito, por isso não tem acesso igualitário aos bens culturais. Porém, alguns projetos sociais, como o projeto *Orchestrarium*, em Santa Maria/RS, o Projeto Música e Cidadania, de Porto Alegre/RS, e o Projeto Flauta, realizado na Quarta Colônia, próximo à Santa Maria, criam possibilidades de acesso e participação para aqueles que se encontram em desigualdade social e não possuem condições de usufruir desses direitos.

Esses, entre outros projetos sociais, viabilizam o contato dos jovens com as diversas áreas da cultura, além de inseri-los em novos espaços de conhecimento. Assim, estimulam os jovens a pensarem criticamente, buscarem autonomia e serem protagonistas na mudança da sua situação social. Com isso, os mesmos passam a reivindicar e exercer seus direitos enquanto cidadãos.

Nesse contexto de promoção de direitos através de projetos sociais, mais especificamente na área da música erudita, buscou-se, para a construção teórica deste trabalho, o entendimento de comunicação comunitária, participação e cidadania. O estudo foi guiado pela problemática “Como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto *Orchestrarium* em Santa Maria/RS?”. Como objetivo geral quer-se analisar as práticas de comunicação participativa no exercício da cidadania no projeto *Orchestrarium* em Santa Maria/RS. Para a construção da pesquisa empírica, partiu-se de objetivos específicos como: pontuar as ações realizadas no projeto *Orchestrarium*; caracterizar as práticas de comunicação participativa no projeto *Orchestrarium*; e identificar os aspectos do exercício de cidadania decorrentes do projeto.

Ademais, pode-se ressaltar que a justificativa pessoal deste trabalho está fundamentada e intimamente ligada à trajetória de vida da pesquisadora, a qual, aos 03 (três) anos de idade, iniciou na música como estudante de violino. Também por acreditar que a música, além de uma forma de entretenimento, proporciona o aprimoramento da sensibilidade humana e contribui para a integração, cooperação e participação entre a sociedade como um todo. Dentro da área acadêmica, a pesquisa justifica-se por buscar entender de que forma a

comunicação comunitária integra e contribui para a troca de informações e saberes entre os beneficiados do projeto. Além de analisar através das dinâmicas do *Orchestrarium*, de que maneira a comunicação comunitária fortalece o exercício da cidadania.

Por meio da pesquisa realizada com intuito de buscar trabalhos que tratassem do mesmo tema, foi encontrado um grande número de estudos no *site* da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), do Google Acadêmico, do Portal de Periódicos da Capes e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), tendo como foco a comunicação comunitária e a cidadania. A relação entre essas duas temáticas é bastante abordada dentro da área de Relações Públicas. No entanto, percebeu-se uma carência ao tratar das características da comunicação comunitária, já que o tema é abordado de forma muito ampla, o que deixa dúvidas em relação ao entendimento de como se dá a prática desse tipo de comunicação.

É importante ressaltar que existem diversas características da comunicação comunitária. Entretanto, neste trabalho, foi proposto explorar a participação por acreditar que, através de uma comunicação de mão-dupla e participativa, torna-se possível a troca de saberes e, assim, a formação coletiva de cidadãos críticos e ativos. Com essa abordagem, foram poucos os trabalhos encontrados que contemplem especificamente a comunicação comunitária, a participação e a cidadania como conceitos complementares uns dos outros. Procura-se, portanto, nesta pesquisa, dialogar com esses temas e contribuir cientificamente na correlação entre os mesmos.

Como foi citado anteriormente, o objeto empírico do estudo é o projeto *Orchestrarium*, que surge, em 2012, primeiramente nas escolas dos Bairros Santa Marta e Divina Providência, em Santa Maria/RS, com o objetivo de disponibilizar o ensino de música orquestrada, canto coral e de formação humana integral. No momento, o projeto conta com, aproximadamente, 100 jovens, entre 7 e 24 anos, e um total de 500 beneficiados, direta e indiretamente. Além disso, o projeto está contemplado pelas diversas áreas educativo-formativas, dentre elas, pode-se citar a pedagogia, a psicologia, o serviço social, a fisioterapia, a dança, a música, entre outras. Atualmente, encontra-se acolhido na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), na cidade de Santa Maria/RS, e funciona durante toda semana, de segunda a sábado, nos turnos da manhã e da tarde.

Para a pesquisa realizada no *Orchestrarium*, utilizou-se como metodologia de caráter qualitativo o estudo de caso, guiado por autores, como Duarte (2009) e Yin (2010). Para o desenvolvimento dessa metodologia foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com diversos membros que compõem o projeto, além da análise documental e da observação direta

realizada semanalmente em atividades que contemplam o Orquestrarium, tais como: as reuniões, as apresentações, as aulas e também o acompanhamento da assistente social com as famílias e com os alunos.

Além da pesquisa empírica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica das temáticas essenciais à construção teórica. Inicialmente, abordou-se o conceito de comunicação comunitária pelos estudos da autora Cecília Peruzzo (2003, 2007, 2011). Ela conduz o entendimento da temática a partir de um resgate histórico e conceitual. Ressalta-se, ainda, a importância da comunicação comunitária como uma atividade de ação coletiva que busca reivindicar os direitos dos cidadãos.

Em meio à perspectiva da comunicação comunitária, foi discutido o conceito de participação como um exercício essencial nesse processo, bem como a tomada de consciência dos atores sociais perante a necessidade de participação para a conquista de seus direitos. Para a construção do conceito de participação, trabalhou-se com Bordenave (2007), Peruzzo (2004) e Freire (1981). O tópico apresenta, além do aporte teórico trazido por esses autores, as diversas formas do exercício de participação.

O segundo capítulo trata principalmente acerca da temática cidadania. Nesse sentido, buscou-se compreender o que é ser um cidadão de direitos e quais são esses direitos. Para isso, utilizou-se o apoio teórico de Marshall (1967) e Covre (2001). Com os estudos de Freire (1983, 2014), Bordenave (1994) e Souza (2004), introduz-se a última parte deste capítulo, em que foi discutida a relação entre a comunicação participativa e a cidadania, visto que a comunicação é essencial para o desenvolvimento da consciência crítica e, assim, pela busca da cidadania.

Por fim, no último capítulo descreve-se a metodologia utilizada: o estudo de caso. Esse estudo tem como suporte teórico os autores Yin (2001) e Duarte (2009). Além disso, contextualiza-se o objeto empírico e apresenta-se o desenvolvimento da análise. Nesse momento, foram essenciais os instrumentos de coleta de dados, pois contribuíram para um entendimento maior do funcionamento do projeto. A partir deles, foi possível destacar os graus e os níveis de participação dos membros, assim como as ações que cumprem com o direito dos cidadãos.

Como resultados da análise, entende-se que o projeto viabiliza a ampliação dos direitos dos cidadãos com as diversas atividades que oferece. Ainda, as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto em consequência do processo de transformação e da potencialização do pensamento crítico dos jovens. Todavia, Paulo Freire, um dos principais teóricos da educação, cita que a transformação é gradativa por

estar atrelada ao desenvolvimento educacional. Acredita-se que com o fortalecimento dos processos comunicacionais, tanto mecânicos quanto interpessoais, a participação será potencializada e contribuirá para a transformação dos sujeitos na busca pelos direitos enquanto cidadãos.

CAPÍTULO I - COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA

Ao considerar que dentre os principais temas dessa pesquisa está a comunicação comunitária, optou-se por refletir sobre as suas questões conceituais neste capítulo. Como base para o estudo acerca da temática é apresentado, na primeira parte, os estudos de Cecília Peruzzo (2003, 2007, 2011) por ser uma das autoras que mais enfoca o assunto atualmente.

No segundo tópico do capítulo, apresenta-se também a relação entre o conceito de comunicação comunitária e participação. Para abarcar a temática, autores, como Bordenave (2007), Peruzzo (2004, 2007) e Freire (1977) fazem parte do estudo.

A comunicação comunitária compreende-se como a área da comunicação que busca reivindicar os direitos dos cidadãos em prol da melhoria da qualidade de vida de uma comunidade. Entretanto, percebe-se a necessidade dos atores sociais na participação dessa mudança, pois só assim ela poderá ser plena e atingir a todos os sujeitos.

Trata-se, portanto, neste capítulo, da reflexão de dois temas que estão interligados e presentes no ambiente das comunidades, das ONGs, dos movimentos sociais e em todas as áreas do terceiro setor, na busca pela discutibilidade e promoção de uma sociedade mais justa e coletiva.

1.1 Comunicação Comunitária: compreendendo o conceito

Ao observar as diversas pesquisas sobre comunicação comunitária, é possível encontrar uma diversidade de conceitos em relação às terminologias: comunidade e comunitário. Entretanto, o objetivo aqui não é fazer uma discussão sobre o emprego dos mesmos, mas mostrar uma visão geral do conceito de comunicação comunitária trazido pelos autores utilizados neste trabalho. A autora Peruzzo (2011) disserta sobre as mudanças em relação às concepções de comunidade com o passar do tempo e deixa claro que alguns de seus princípios prevalecem até os dias atuais.

Os estudos acerca da comunicação comunitária surgem, no Brasil, por meados dos anos de 1980, tendo como base as pesquisas de Cecília Peruzzo. Segundo esta autora (2011), a comunicação comunitária nasce atrelada ao conceito popular, e, por conseguinte, pode ser denominada como participativa, horizontal, dialógica e alternativa. A estudiosa pondera que o sentido político das denominações é o mesmo: “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas

necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2011, p. 10).

Carlos Guimarães (2007) diz que, para entender a origem da comunicação comunitária, é preciso conhecer o momento histórico pelo qual passava a América Latina nas décadas de 60 e 70. Nesse período, o surgimento da comunicação comunitária se deu através das ações reivindicatórias de determinados movimentos sociais que notaram a importância dos meios de comunicação e passaram a apropriar-se dos mesmos. Peruzzo (2011) acrescenta que a origem da comunicação comunitária

remota à ação dos movimentos populares típicos dos anos 1970, que perpassam as décadas seguintes, transformando-se, portanto, em ações características do processo de reação ao controle político, às condições degradantes de vida e ao desrespeito aos direitos humanos que foram se instaurando no país ao longo do tempo (PERUZZO, 2011, p. 158).

Essa concepção alternativa de comunicação provém, portanto, da necessidade de autonomia dos atores sociais que se articulam em busca de melhorias na qualidade de vida nas comunidades, nos movimentos populares, etc. Ela tem como protagonista o próprio povo e/ou as organizações e pessoas a eles ligadas. Assim, a respeito da comunicação comunitária, pode-se dizer que representa “um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma comunidade, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação” (PERUZZO, 2003 apud CÉSAR, 2007, p. 82).

Além disso, a comunicação comunitária passou a fazer parte das atividades do profissional de relações públicas como uma disciplina e, assim, atingiu diversos setores do corpo social, como é o caso das organizações e das empresas. É importante ressaltar a relevância que as empresas e as organizações deram, com o passar do tempo, a essa área de comunicação comunitária. Kunsch (2007) reafirma que as organizações passam a notar uma necessidade em desenvolver projetos sociais. Movidas primeiramente pela imagem empresarial, mas também, pela tomada de consciência em relação à influência que as mesmas têm perante a sociedade no exercício da cidadania.

A autora Peruzzo (2011) afirma que a práxis comunitária tem como base a necessidade de reivindicar direitos a partir dos interesses coletivos das associações comunitárias. Porém, há desvios em relação à comunicação comunitária em virtude das diferentes inclinações que movem a criação de um meio comunitário. Existem grupos que se mobilizam com vistas à melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, mas “outros se movem por interesses

comerciais, pois há quem se aproprie de meios comunitários, especialmente do rádio, como forma de arrecadar dinheiro” (PERUZZO, 2011, p. 159).

Outra estudiosa que reforça esse pensamento é a antropóloga Maria Luiza de Souza, pois diz que “ação comunitária tem sido apropriada em função de outras formas de atuação comunitária que, no fundamental, lhe são distintas” (SOUZA, 2004, p. 22), já que não possuem objetivo e preocupação com os interesses coletivos e comunitários. Peruzzo ainda acrescenta que “tais desvios podem descaracterizar a noção de comunitário aos olhos das pessoas de uma localidade, mas refletem as contradições da sociedade em que vivemos” (PERUZZO, 2007, p. 140).

Souza (2004) pensa o comunitário como um instrumento que se revela a partir dos interesses coletivos em busca de melhorias no corpo social. A autora sentencia que

a ação comunitária é uma forma de cooperação que tem como objeto e objetivo a superação das barreiras que, a nível de comunidade impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo. Ela se revela um instrumental que se caracteriza pela identificação de problemas, interesses, ou preocupações de ordem comum, pela organização para pensar em comum as decisões sobre os mesmos e pelo desempenho das ações decididas (SOUZA, 2004, p. 22).

Em conformidade com este pensamento, Vieira (2005 apud PERUZZO, 2011, p. 21) declara que a comunicação comunitária “deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local”. De acordo com Peruzzo (2011), não basta apenas estar posto na mesma localidade para ser considerado comunitário, é preciso um pensamento coletivo que represente as lutas e as manifestações dos grupos sociais inseridos naquela comunidade. No entanto, para que essas lutas ganhem força é indispensável a participação dos atores sociais dentro da práxis comunitária, já que a participação é

uma das características mais marcantes da comunicação popular e comunitária na sua fase original, [...] ela se concretiza por meio de uma comunicação realizada dentro dos movimentos e das organizações, o que representava a existência de outro tipo de comunicação, pois seus conteúdos provinham das bases excluídas da sociedade e destinavam-se a essas mesmas bases (PERUZZO, 2007, p. 138).

Portanto, fica claro que a participação é primordial no engajamento dos sujeitos para que exista a procura da resolução dos problemas da comunidade. Visto que, isso se torna possível apenas quando os atores sociais se conscientizam desses problemas e, assim, tornam-se aptos a eles próprios buscarem as soluções.

É no decorrer do próximo tópico que se discute acerca da importância da prática participativa na sociedade, por acreditar que a mesma potencializa as ações coletivas em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades.

1.2 A participação como movimento fundamental à sociedade

Bordenave (2007, p. 46) explica que “apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. Entretanto, para que sejam desenvolvidas novas mentalidades participativas é preciso que os sistemas educacionais criem maneiras que exercitem as práticas de participação.

Bordenave (2007) ratifica o mesmo pensamento de Paulo Freire (1977) quando diz:

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar [...]. Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; [...] Isto é verdade se se refere às forças da natureza [...] isto também é assim nas forças sociais [...]. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer (FREIRE, 1977, p. 48).

Assim como Freire e Bordenave, Demo (1988) concebe a participação como sendo algo que se conquista, assim, ela “não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e criada” (DEMO, 1988 apud PERUZZO, 2004, p. 75). Contudo, Peruzzo (2004) afirma que a prática participativa é uma carência em diversos países da América Latina, como é o caso do Brasil. O país sofre desde o Período Colonial com a cultura do autoritarismo e a falta de conscientização política. Dessa forma, por estar tão enraizado na sociedade, torna-se, muitas vezes, necessária a presença de um chefe ou a figura de um superior. Nesse sentido, a autora expõe que “O certo é que o autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação” (PERUZZO, 2004, p. 75).

Mas por que o tema participação tem se intensificado com o passar dos anos? Para Bordenave (2007), o motivo está ligado à importância e às contribuições positivas que o exercício da participação acarreta. É por meio da participação que “conseguem-se revolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças, tais como a construção de uma estrada ou uma porta, ou a recuperação de delinquentes juvenis numa comunidade marginal” (BORDENAVE, 2007, p.12).

Ainda conforme o autor, a participação, além de uma necessidade básica do ser humano de interagir, serve como instrumento para solucionar problemas. É através dela que as necessidades de autoafirmação, criação e desenvolvimento de pensamentos reflexivos são expressas. É também por meio da participação que há um processo de desenvolvimento de consciência, pois ela transforma as pessoas passivas e conformistas em cidadãos ativos e críticos. O autor traz duas bases complementares de participação: “uma base afetiva – participamos por que sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos por que fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos” (BORDENAVE, 2007, p. 16).

Além disso, o exercício participativo contribui tanto no plano social, quanto nos planos econômico e político, já que com a participação popular nas decisões governamentais e na prática de fiscalização dos serviços públicos, por exemplo, é possível evitar corrupções e desvios do governo. Exemplifica-se este pensamento quando os cidadãos, ao efetuar uma compra, exigem a nota fiscal do produto, garantindo, assim, que os donos dos estabelecimentos paguem os impostos devidos.

Ao seguir nesse entendimento do exercício da participação, Bordenave (2007) fala sobre a existência de dois tipos de participação: a simbólica e a real. A primeira relaciona-se com a ilusão, esta que, segundo o autor, está associada aos membros de uma organização que acreditam exercer o poder dentro da instituição a qual pertencem. Entretanto, sabe-se que essas influências são mínimas e não atingem nem mesmo as decisões básicas da instituição. Já por meio da participação real

os membros influenciam em todos os processos da vida institucional. É verdade que os membros não participam todos da mesma maneira, alguns membros adotando funções de agentes expressivos (artistas, filósofos, comunicadores) enquanto outros adotam funções de agentes instrumentais (técnicos e profissionais), sendo, porém, as contribuições de ambos indispensáveis (BORDENAVE, 2007, p. 63).

Para que a participação real não fique à margem da simbólica, é preciso entender quais as formas e os níveis dentro das organizações e das instituições configuram-se como participação. Peruzzo (2004) acredita ser possível englobar três modalidades de participação, sendo uma independente da outra. São elas: a participação passiva, a participação controlada e a participação poder. A primeira, passiva, está relacionada com uma participação mais vertical do que horizontal, portanto, autoritária. Isso fica claro quando a pessoa não se envolve, por indiferença ou por não concordar, com os movimentos ou gestões do seu ciclo social. Com

isso ela “consente, se objetiva, se submete e simplesmente delega o poder à outra” (PERUZZO, 2007, p. 78).

A outra modalidade de participação é a controlada, que se caracteriza, dessa forma, “por se dar com base em determinadas restrições – ou seja, é limitada – e ainda por poder ser manipulada” (PERUZZO, 2007, p. 79). Por fim, a última modalidade que a autora traz é a participação poder. Essa tem como características a democracia, a participação ativa e autônoma, não sendo passiva, nem manipulada, “apesar de por vezes ser limitada, no sentido de não atingir todas as instâncias da estrutura política ou não abarcar todas as decisões” (PERUZZO, 2007, p. 79).

A participação poder favorecer a democracia, a participação ativa e propicia o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito. Ela engloba outros dois processos que contribuem com o exercício do poder partilhado. São eles: a co-gestão e a autogestão. A co-gestão, como o nome sugere, vincula-se à co-participação nas instituições, associações, empresas etc. “Ela implica o acesso ao poder e à sua partilha” (PERUZZO, 2007, p. 82). Mesmo que a co-gestão faça parte de organizações populares e comunitárias, ainda há uma carência perante o poder público. Assim, as organizações acabam aderindo mais a esse tipo de processo. Já, para a autora, a autogestão

refere-se à participação direta da população nas associações e nos órgãos do poder público ou dos trabalhadores nas empresas, no que se refere à tomada de decisões. Vista de uma forma mais ampla, ela não se circunscreve ao âmbito de uma associação, de um município ou de uma unidade de produção nem só ao mundo econômico, mas abrange todas as esferas da vida econômica, social, política, jurídica e cultural (PERUZZO, 2007, p. 84).

Essa proposta de gestão é questionada por muitos por parecer um modelo utópico. Entretanto, não deixa de ser um sonho a conquista de uma sociedade mais igualitária, não alienada e libertária.

Após pontuar as modalidades de participação apresentadas por Peruzzo, é importante entender os graus e níveis de participação propostos por Bordenave (2007). O estudioso ressalta que a participação possui diferentes tipos de controle dos membros nas associações, nas organizações ou até mesmo em grupos. Tendo isso em vista, o autor subdivide a participação em graus e níveis. Apresentar-se-á, primeiramente, os graus (do menor ao maior) de acordo com o controle nas decisões das instituições.

O primeiro grau apresentado por Bordenave (2007) é o da informação. Ele considera como sendo o menor grau, pois as decisões são tomadas pelos dirigentes e apenas repassadas para os outros membros da organização. O segundo grau é a consulta facultativa. Nesse grau,

os dirigentes e administradores podem ou não “consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema” (BORDENAVE, 2007, p. 31).

O próximo grau é o da consulta obrigatória, em que os integrantes da organização devem ser consultados em algumas situações, como “é o caso da lei que estabelece a negociação salarial entre patrões e operários” (BORDENAVE, 2007, p. 32). Na sequência, outro tipo apresentado de grau de participação apresentado pelo autor é a elaboração/recomendação em que os membros contribuem com a elaboração das propostas da instituição. Porém, é papel dos dirigentes justificar caso as ideias não sejam implantadas. Num grau mais elevado, está a co-gestão

na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade. Aqui, os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões. Comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para tomar decisões (BORDENAVE, 2007, p.32).

O penúltimo grau exposto pelo autor é o da delegação que possibilita aos membros terem certa autonomia dentro das organizações, mesmo que haja certos limites impostos pela administração. Por fim, o último e mais elevado grau é o da autogestão. Neste, “o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração” (BORDENAVE, 2007, p. 33).

Além dos graus, a fim de classificar a importância das decisões dos membros da organização por meio da participação, Bordenave (2007) apresenta uma maneira de distinguir os diversos níveis em ordem decrescente de relevância:

Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição. Nível 2 – Determinação dos objetivos e estabelecimento de estratégias. Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos. Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações. Nível 5 – Execução das ações. Nível 6 – Avaliação dos resultados (BORDENAVE, 2007, p. 33).

A importância da participação dos membros da organização se dá conforme o nível que os mesmos praticam. Se o sujeito executa apenas os níveis 5 e 6, conseqüentemente, o exercício da participação está restrito, pois existem lideranças que assumem os níveis 1 e 2. Assim, em uma organização comunitária, que busca a comunicação democrática e participativa, não existe divisão entre os que planejam e os que executam. Mas para que seja possível a participação em todos os níveis, é preciso experiência e capacitação dos membros.

Portanto, conclui-se que a comunicação comunitária, por ser uma comunicação mais horizontal que visa à autonomia dos indivíduos de uma comunidade, necessita imprescindivelmente da participação dos mesmos como sujeito e protagonista dessa comunicação. Essa participação irá favorecer tanto a comunicação, quanto o exercício de cidadania desses indivíduos, já que os mesmos passarão agir coletivamente em busca dos direitos que a sociedade lhes priva.

CAPÍTULO II – COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

Neste segundo capítulo, o objetivo é explanar sobre a cidadania, um dos principais temas deste estudo. No primeiro tópico, faz-se um breve resgate do conceito a partir dos estudos de Covre (2001), Marshall (1967), Benevides (1991) e Freire (2011), bem como discute-se a cidadania sob a perspectiva dos direitos.

O segundo tópico do estudo foi construído com o propósito de refletir acerca do contexto do diálogo enquanto essência da comunicação participativa como forma de educar para o acesso à cidadania. Os autores que conduziram o estudo foram Bordenave (1994), Freire (1985), Souza (2004) e Sodré (2006).

A importância da discussão sobre cidadania é por acreditar que, a partir da consciência de que os cidadãos são iguais perante a lei, eles possuem deveres e direitos. Esses direitos, muitas vezes, não são garantidos a todos, e para isso, é preciso leis que resguardem e contribuam com a ordem social.

Entretanto, o cidadão é responsável também pela conquista desses direitos, sendo que a mesma pode se dar pelos meios de comunicação e pela prática do diálogo. Acredita-se que, desta forma, o cidadão terá a consciência do seu papel da sociedade.

2.1 De que cidadania estamos falando?

O conceito de cidadania configura-se na *Pólis Grega*, quando o homem percebeu a necessidade de se organizar perante uma sociedade (COVRE, 2001). Atualmente, o conceito perpassa por diversas áreas, como a educação, a sociologia, o direito e até mesmo a comunicação. Essas áreas possuem concepções diferentes e muitas vezes opostas sobre o conceito, mas o que mais se assemelha no entendimento de cidadania é que ser cidadão significa pertencer a uma comunidade que lhe atribui um conjunto de direitos e deveres ante o corpo social. Porém,

para muita gente, ser cidadão confunde-se com o direito de votar. Mas quem já teve alguma experiência política [...] sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural (COVRE, 2001, p. 8).

Acredita-se que o direito e o dever ao voto é apenas uma das maneiras em que o cidadão exercita a sua participação, entretanto, não é apenas em âmbito político que a participação se faz necessária. É importante também, enquanto cidadão, o dever de inteirar-se

das necessidades como: a falta de saneamento básico, a educação precária, a violência etc. existentes no campo social em que está inserido. A partir disso, juntamente das comunidades, bairros e escolas, buscar seus direitos como cidadão participativo.

Segundo Marshall (1967), a cidadania é composta por três elementos: os direitos no âmbito social, político e civil. O direito civil está relacionado à liberdade individual de ir e vir dos cidadãos, à liberdade de expressão, ao direito de propriedade, etc. Por elemento político, entende-se o direito de participação no exercício do poder político, dentro de associações, parlamentos e no próprio governo. Já o terceiro elemento, o social, corresponde às necessidades básicas dos seres humanos, como segurança, saúde, educação, alimentação, etc.

Covre (2001, p. 15) afirma que “esses três conjuntos de direitos que compoariam o direito do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca”. Esses direitos ganharam mais visibilidade após o fim da 2ª Guerra Mundial, no ano de 1945, com o aumento dos direitos sociais a partir da criação do Estado de Bem-Estar Social, o que contribuiu para o estabelecimento de princípios mais coletivistas e igualitários (CAMARGO, s.d.). Para Kunsch (2007), a cidadania está ligada à justiça, à inclusão social, à coletividade e também à conquista de direitos.

Assim, esses direitos básicos que competem à cidadania, citados por Marshall (1967), devem servir como princípios em todos os âmbitos da sociedade. Por questões de ordem social, existem leis que asseguram esses direitos. O principal exemplo disso pode ser observado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual busca em seu texto assegurar de forma efetiva não apenas a cidadania, mas também a dignidade da pessoa humana. Nela consta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL. Constituição, 1988, art 5º).

É possível fazer referência a outras normas positivas que visam assegurar e garantir esses direitos básicos, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse Estatuto assegura o direito à educação visando o desenvolvimento da criança e do adolescente para o exercício da cidadania. Além disso, ele prevê que é

dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL. Lei nº 8.069, 1990, art. 4º).

Porém, no Brasil, há uma discrepância muito grande em relação à distribuição de renda, o que restringe o acesso a esses direitos para apenas uma parte da população que tem acesso à saúde, à educação, ao lazer, etc. Dessa forma, enquanto uns alcançam vários bens e direitos, outros não tem a mesma oportunidade. Isso em virtude de milhares de “pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, da taxa significativa de analfabetos e semianalfabetos, sem falar do drama nacional das vítimas da violência particular e oficial” (CAMARGO, s.d.).

No entendimento de que a cidadania perpassa pela questão da igualdade/desigualdade presente no corpo social, Paulo Freire (2014), em seu livro “A pedagogia do oprimido”, traz a noção de uma sociedade baseada na cultura de seres oprimidos e opressores. Em que os oprimidos são aqueles que se encontram numa situação de desumanização, à medida que, os opressores se colocam numa posição de “ser mais”. Todavia, o estudioso ressalta que a sociedade não pode “admitir que a desumanização é vocação histórica dos homens, [...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultados de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência e esta, o ser menos” (FREIRE, 2014, p. 40).

Os sujeitos oprimidos acomodaram-se ao papel imposto pela estrutura de dominação que ocupam na sociedade e, muitas vezes, temem a liberdade por não sentirem-se capazes de alcançá-la. Vivem, assim, numa dualidade

entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. [...] Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (FREIRE, 2014, p. 48).

Por isso, o estudioso enfatiza a necessidade de libertação do homem na luta pela modificação das estruturas. Covre (2001, p. 10) ratifica este pensamento quando diz que “as pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos de direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos”. A cidadania depende, portanto, da capacidade da sociedade civil em se articular a fim de promover seus direitos e exercer seus deveres, não outorgando esse papel apenas à atuação do Estado.

Neste contexto, pode-se citar os movimentos sociais e as demais organizações sem fins lucrativos, como é o caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sindicatos e associações que surgem com objetivo de reivindicar e legitimar, através de lutas, as questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Caracterizando-se, assim, como uma força contrária ao sistema hegemônico em busca dos direitos do cidadão.

Assim, acredita-se que para que essas lutas ganhem força é preciso pensar em uma cidadania ativa, ou seja, uma cidadania que tenha o envolvimento das pessoas no que diz respeito à participação. Benevides em seu livro “A cidadania ativa” afirma que a cidadania, na perspectiva ativa, busca maior “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES, 1991, p. 20). Discute ainda, sobre a necessidade de uma educação para essa cidadania ativa para tornar os cidadãos conscientes dos direitos que tem a reivindicar.

Como foi citado por Bordenave (2007), no primeiro capítulo desta pesquisa, o homem não nasce sabendo participar, nesse sentido, é preciso que se desenvolvam mentalidades participativas, já que a cultura atual normatiza a estrutura de dominação presente. Isso ocorre por meio de ações que visam a participação dos indivíduos na promoção de seus direitos, bem como a sua educação para o entendimento da importância do seu ativismo social.

Peruzzo ratifica o que a autora Benevides pensa sobre educação e relata o seu papel fundamental no processo de conscientização do homem. Para ela, a

educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (PERUZZO, 2002, p. 6).

A educação, portanto, cria possibilidades do homem desenvolver a sua consciência crítica para que ele reivindique seus direitos. Para tanto, existem meios que facilitam o processo educativo. No próximo capítulo, é abordado de que forma a comunicação, enquanto meio de educar, contribui para a participação da sociedade em busca dos direitos de cidadania.

2.2 A Comunicação Participativa em busca da cidadania

A relação entre os temas comunicação e cidadania, entre outras questões, está vinculado também aos meios de comunicação. Acredita-se que o computador, a televisão, o rádio, etc. são de extrema importância para criar e recriar e, assim, servem como meios para ampliar a participação política e social. Nesses meios, a participação é imprescindível, pois fortalece os sujeitos enquanto protagonistas na produção e nos processos comunicacionais. Além disso, a inserção das comunidades dentro desses meios comunicacionais é algo que

“não somente nos remete à criação de um novo território ou de uma nova esfera pública, mas que transforma as práticas e o próprio significado social” (FELICE, 2007, p. 31).

A evolução das tecnologias comunicacionais contribui para mudar os modos de vida da sociedade, assim como a cultura e as diversas formas de intervenção social. Peruzzo (2007, p. 51) afirma que “uma vez havendo a decisão de colocar essas tecnologias a serviço da população e, por meio delas, dar acesso às informações, às culturas, à educação etc., elas desempenham papel primordial no desenvolvimento social e da cidadania”.

Porém, a comunicação vai muito além dos meios de comunicação que hoje permeiam o fazer social. Considera-se que a comunicação é potencializada pelos meios mecânicos e digitais, porém, a sua essência é puramente interpessoal. Bordenave (1994) salienta que são diversos os atos de comunicação que o homem pratica durante o dia, desde a conversa, no café da manhã, com a esposa, o cumprimento aos colegas de trabalhos, os telefonemas durante o dia, os pagamentos em banco e até mesmo o simples “boa noite”. Tudo, portanto, é um ato de comunicação. O autor diz que a comunicação pode ser confundida com a própria vida. Assim, a comunicação é pensada como sendo a mediação entre os sujeitos (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Bauman (2004), no seu livro “Amor Líquido”, faz uma crítica à sociedade atual, pois relata que se vive uma era em que as relações entre os sujeitos são superficiais e frágeis, dessa maneira, dissolvem-se facilmente. Em contraponto a isso, Bordenave (1994), tem um pensamento mais positivo em relação à comunicação e aos seres. Ele diz que “a comunicação interpessoal, hoje está de novo em ascenso, talvez como uma reação contra a massificação e o comercialismo dos meios de massa” (BORDENAVE, 1994, p.22). Acredita-se que é através dos meios comunicacionais e da relação interpessoal que os seres se relacionam, trocam ideias e saberes, compartilham experiências e sentimentos e, assim, transformam-se.

Paulo Freire defende a importância do diálogo e relata que o mundo humano é um mundo de comunicação, aonde os homens tornam-se sujeitos pensantes ao se relacionarem entre si. Para o autor, não é possível pensar sozinho, sem a participação de outros seres para dialogar com esses pensamentos. É por meio da interação e da co-participação entre os sujeitos, no ato de pensar, que se dá a comunicação. Para ele, “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p. 45). Portanto, a essência da comunicação está no ato de dialogar. Assim, o diálogo “é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a

um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 2014, p. 109).

O autor traz uma crítica em relação à teoria da educação bancária apresentada em seu livro, em que os educadores, assim como os bancos, apenas depositam informações e não dialogam com os educandos. Segundo ele, “quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele” (FREIRE, 2014, p. 83).

Deste modo, somente através da troca entre os sujeitos é possível o conhecimento, ou seja, a educação. Freire (2014) ratifica que ninguém se educa sozinho, mas sim em comunhão. Assim, essa tomada de consciência crítica pelos atores sociais está vinculada diretamente com “o processo de descoberta e problematização dos interesses” (SOUZA, 2004, p. 87).

Na medida em que a comunicação passa de uma estrutura vertical para outra, horizontal, dialógica e participativa, os sujeitos deixam de ser considerados depósitos de informações e passam a construir juntos os pensamentos e, por conseguinte, a consciência crítica. Freire (2014) ressalta que o objetivo da ação dialógica não é retirar os oprimidos de suas realidades e colocá-los em outra. Pelo contrário, é fazer com que eles reconheçam o porquê e como pertencem à essa estrutura e, assim, exerçam um ato de transformação dessa realidade.

O processo de conscientização, ou seja, a consciência crítica de si e do mundo, instiga os seres a agirem para a solução dos problemas que os cercam. Souza (2004, p. 89) reafirma isso quando aponta que “a partir da realidade existencial que se tem, passa-se a uma percepção ampliada dessa realidade; estabelecem-se correlações de causa e efeito e formulam-se juízos e críticas que direcionam a formulação de atitudes para seu enfrentamento”. Somente quando os cidadãos em situação de opressão e desigualdade conscientizam-se da estrutura opressora, é que eles passam a reivindicar e lutar contra esse contexto.

Nesse sentido, Souza (2004) relata que a conscientização se expressa em ações coletivas a partir de uma organização social que resulta num processo de participação. Para a autora, “a participação social, ante as implicações contraditórias da realidade, supõe, no entanto, ações coletivas articuladas conscientemente enquanto força social em função de objetivos claros definidos da população” (SOUZA, 2004, p. 92).

Assim sendo, tem-se a ideia de que o ato de comunicar, entendido aqui através da participação nos meios comunicacionais e do diálogo, tem um papel fundamental na

sociedade e na transformação de suas mazelas. Possibilita a autonomia dos sujeitos, a partir da sua conscientização e da sua organização - seja por meios dos movimentos sociais, das ONG's, das associações, etc. - em busca de uma realidade social diferente enquanto cidadãos de direitos. Dessa maneira, entende-se que

a ação comunicativa teria o papel de promover a mobilização social, permitir ao cidadão, a partir da interação e do consenso, tomar decisões em prol da articulação de mudanças sociopolíticas e culturais. Dessa forma, pode-se entender a comunicação como instrumento indispensável na construção de uma cidadania ativa, que luta para ver concretizada as práticas democráticas (DUARTE, 2009, p.100).

No entanto, a comunicação entre os atores sociais não seria possível se não houvesse um envolvimento emocional ou afetivo entre ambos. Muniz Sodré, um dos maiores pensadores da comunicação, retrata que é

particularmente visível a necessidade de uma outra posição interpretativa do campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes signos representativos ou intelectuais, mas principalmente, os poderosos dispositivos do afeto (SODRÉ, 2006, p. 13).

Sodré (2006) pensa que não é suficiente enxergar a comunicação baseada somente a partir de teorias comunicacionais. Compreende a comunicação num sentido mais amplo de interação, comunhão. Dessa forma, explana sobre os dispositivos do afeto, que são representados por diversos fenômenos, dentre eles a simpatia, o amor, a paixão e as emoções. A partir desses fenômenos é possível transmitir-se, comunicar-se e, assim, o entendimento do que é passado através da comunicação se torna algo natural, sem esforço. Automaticamente o conhecimento adquirido é colocado em prática de forma prazerosa.

Entende-se, neste contexto, que o ato de comunicar-se só é possível se os sujeitos passam a colocar-se no lugar um do outro. Só é possível a comunicação caso exista humildade nas trocas de saberes. Só é possível a comunicação se não houver por traz a manipulação, mas sim o respeito. Só é possível a comunicação se existir esperança. Caso nada disso exista, não é possível a comunicação. Portanto, a comunicação através do diálogo, só será concretizada, de fato, se houver o afeto. O mesmo é imprescindível na comunicação entre os homens.

Nesse processo de diálogo há a construção de uma consciência crítica que instiga os atores sociais a participarem das diversas formas que podem existir, tanto através dos meios comunicacionais, quanto dentro das decisões institucionais. Ao ter esse nível de acesso de decisões e integrar os diversos direitos que são oferecidos pela sociedade e assegurados por lei, passam a exercer seu papel enquanto cidadãos de direitos. O pensamento de Freire é

oportuno quando afirma que “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta, não há verdadeira educação” (FREIRE, 2014, p. 115).

Portanto, a comunicação, através das diversas formas, como os meios digitais e o diálogo, é de extrema importância no que diz respeito ao exercício da cidadania dos indivíduos. Para conseguir que o processo comunicativo se inicie e se complete de modo eficiente e eficaz é importante e indispensável que o diálogo, que só é possível concomitantemente com o afeto, esteja presente em todas as fases do mesmo processo.

CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo deste capítulo é apresentar o percurso metodológico realizado por meio de estudo de caso para responder o problema de pesquisa: ‘‘Como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto Orchestrarium em Santa Maria/RS?’’.

O capítulo está dividido em três momentos: no primeiro, é apresentado o objeto empírico do estudo, o projeto Orchestrarium, com o intuito de situar o leitor sobre o surgimento e funcionamento do projeto.

Já no segundo momento, autores, como Lakatos e Markoni (2003), Yin (2010) e Duarte (2009), dão suporte para a explanação da metodologia de pesquisa utilizada, o estudo de caso. Apresenta-se também os instrumentos de coleta de dados utilizados: a entrevista, a observação direta e a análise documental.

Por fim, destaca-se a análise dos dados coletados para a pesquisa, assim como sua relação com o aporte teórico apresentado durante o estudo.

3.1 Objeto Empírico: Projeto Orchestrarium

O projeto Orchestrarium, uma Incubadora de Coros e Orquestras Infanto-juvenis que surgiu com o objetivo de oferecer a música como elo de integração social, inicialmente contou com a parceria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Orquestra Sinfônica de Santa Maria (OSSM), em que pequenos grupos de jovens iniciaram sua experiência com a música em abril de 2013, especialmente nas comunidades dos Bairros Nova Santa Marta e Divina Providência, em Santa Maria/RS. Com o crescimento do projeto, houve a necessidade de ampliar a carga horária e o espaço físico para as aulas. Assim, no final de agosto de 2013, o projeto passou a realizar suas atividades no Bairro Alto da Boa Vista em Santa Maria/RS, vinculando-se à Associação Acorde com Arte. As atividades, ofertadas a partir daí, no contraturno escolar, tem o objetivo de proporcionar um espaço de prevenção, proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Em fevereiro de 2014, viu-se a necessidade de ampliar a ideia do projeto e, deste modo, foi fundada a Associação Orquestrando Arte que funciona atualmente como uma instituição beneficente de assistência social. O surgimento da associação se deu pela

necessidade de fortalecimento de vínculos com os órgãos legais na busca de condições mais favoráveis e obtenção de mais recursos.

A Associação não possui fins lucrativos e tem como objetivo promover o bem-estar social, educacional e cultural das famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, em especial de crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, atualmente, o projeto Orcherstrarium está legalmente vinculado à Associação Orquestrando Arte.

No mesmo ano, o projeto recebeu o apoio da ULBRA (Universidade Luterana do Brasil) para ser sede das atividades. Dessa forma, o Orchesterarium, que surgiu com um grupo de aproximadamente 10 crianças, hoje, atende mais de 100 jovens entre 06 e 24 anos de idade. Como o projeto beneficia os jovens e as suas famílias, há uma estimativa de que atualmente 500 pessoas sejam assistidas graças às atividades do projeto.

As ações realizadas no projeto são divididas por eixos, tais como: oficina de apoio pedagógico, oficina de formação humana, oficina de artes integradas e oficina da família. Dentro desta perspectiva, o Orchesterarium conta com atividades de canto e coral, prática de instrumentos musicais (violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta, trompete, percussão, oboé, fagote e clarinete), aulas de língua portuguesa e matemática para alunos que estejam com dificuldade no colégio e aulas de dança e oficinas de artes que contribuem com a expressividade e a sensibilidade dos educandos. Há ainda aulas de formação integral do ser humano em que o professor responsável trabalha questões como os sentimentos e valores humanos através de vídeos, discussões, textos, etc. Além disso, as crianças são estimuladas a cumprir os deveres da escola. Ademais, quando necessário, elas são direcionadas aos profissionais das áreas de psicologia e de fisioterapia. O projeto oferece também acompanhamento familiar por meio do trabalho da assistência social com encontros de grupos para debater assuntos pertinentes entre os alunos, como: sexualidade, criminalidade, educação, entre outros.

3.2 Metodologia: Estudo de caso

Para conduzir a pesquisa e responder o problema proposto neste trabalho, optou-se pelo estudo de caso, que, segundo André (2005), surge na sociologia e na antropologia, ao final do século XIX e início do século XX. Esse método caracteriza-se, segundo Duarte (2009), por ser de caráter qualitativo e adequado para responder as questões “como” e “por

que”. Sendo que essas questões são feitas “sobre um conjunto de eventos contemporâneos, e algo que o investigador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2010, p. 34).

Embora o estudo de caso seja uma metodologia bastante utilizada para investigação, existem preconceitos e críticas por parte de alguns pesquisadores acerca desse método. O primeiro questionamento sobre o estudo de caso “reside na alegada falta de rigor científico da pesquisa de estudo de caso” (DUARTE, 2009, p. 220), pois diversos pesquisadores tiveram visões tendenciosas e conseqüentemente respostas equivocadas. Outro ponto a ser questionado é o fato de o estudo de caso não fornecer base para generalizar algum fenômeno. O que o autor Yin (2010) reforça é que o estudo de caso “não representa uma ‘amostragem’ e ao realizar o estudo de caso, sua meta será de expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)” (YIN, 2010, p.36).

O terceiro ponto negativo sobre a metodologia é em relação ao tempo que os estudos de caso levam para serem finalizados, já que são morosos e resultam em uma grande quantidade de documentos. Porém, Yin (2010) argumenta que esta constatação não está correta, pois o estudo de caso não é necessariamente demorado. No entanto, é preciso que o pesquisador tenha habilidade e saiba realizar o estudo, já que existem diversas maneiras para sua condução.

Para tanto, o projeto de estudo de caso deve estar baseado em quatro problemas: “(1) quais questões devem ser estudadas, (2) que dados são relevantes, (3) quais dados devem ser coletados e (4) como analisar os resultados” (YIN, 2001 apud DUARTE, 2009, p. 222).

Segundo Yin (2010), a etapa inicial do estudo de caso começa com a identificação do objetivo da pesquisa empírica, pois o estudo deve ter como propósito investigar fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real. Assim, “o estudo de caso é preferido no exame dos eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos não podem ser manipulados” (YIN, 2010, p. 32). Em segundo lugar, precisa estar claro que a investigação dessa metodologia “conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular” (YIN, 2010, p. 40). E como é uma metodologia bastante ampla, o estudo de caso possui seis fontes distintas de coleta de dados que podem ser utilizadas, dentre elas estão: “documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos, cada uma delas requerendo habilidades e procedimentos metodológicos diferenciados” (DUARTE, 2009, p. 229).

Ao final do estudo, para fins de resultados da análise dos dados obtidos a partir dessa metodologia, o pesquisador deve estar embasado com as proposições teóricas trabalhadas

durante a pesquisa para fazer suas inferências acerca da temática abordada e do objeto empírico investigado.

3.2.1 Instrumentos de coleta de dados

Como foi citado no tópico anterior, a metodologia de estudo de caso possui alguns instrumentos que contribuem com a coleta de dados. “São vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação” (LAKATOS e MARKONI, 2003, p. 166). Nessa pesquisa, os instrumentos utilizados foram as entrevistas semiestruturadas, a observação direta e a análise documental.

Sabe-se que existem alguns modelos de entrevistas, porém, para esse trabalho, foi utilizada a entrevista semiestruturada (SELLTIZ *et al*, 1987 apud DUARTE, 2009). Basicamente, esse tipo de entrevista é guiada por um roteiro pré-estabelecido com as principais questões a serem abordadas durante a entrevista. Para Triviños (1990)

ela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1990 apud DUARTE, 2009, p. 66).

Assim, a entrevista semiestruturada possibilita a flexibilidade durante o diálogo, pois, mesmo com um roteiro, é possível, caso necessário, o entrevistador acrescentar outras questões que esclareçam o estudo. Esse modelo contribui com os resultados de análise, pois abre a possibilidade de comparar diversas respostas dadas sobre a mesma pergunta. Ademais, a entrevista contribui para uma relação direta e direcionada com os entrevistados.

O processo de entrevista realizado no projeto *Orchestrarium* se deu da seguinte forma: após a construção do percurso teórico, compreendeu-se a necessidade de interpelar alguns integrantes do projeto para responder questões (ver Apêndice 1 e 2) pensadas com a finalidade de dar conta do problema de pesquisa. Sendo assim, optou-se por entrevistar diferentes integrantes do projeto - aluno, professor, gestor e pai, totalizando quatro (4) respondentes. Como o *Orchestrarium* conta com um grande número de participantes, foi analisado, juntamente com a assistente social, qual representante poderia vir a fazer parte da entrevista.

Conforme o artigo 2 da Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990) “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Visto que existem muitas crianças de até doze anos (12) no

projeto, a escolha foi por um aluno que estivesse acima desta idade, pois a partir dos doze anos, o jovem “denota um grande avanço no seu pensamento conceptual quanto à preocupação pelo valor de termos como justiça, lei, vida, lealdade, delito, etc.” (sem autor). Outra questão que levou em conta a escolha do aluno foi o tempo de envolvimento com o projeto. Neste caso, o jovem indicado participa há um ano e meio, o que contribui, acredita-se, no entendimento amplo de como se desenvolvem as atividades.

A escolha do entrevistado que representou os pais se deu em vista de o mesmo estar bastante envolvido nas ações do projeto. Em relação ao cargo de professor foi eleito aquele que mantém maior contato com os jovens e com as atividades gerais do Orquestrarium. Da mesma forma que para o representante da gestão, procurou-se aquele envolvido nas questões burocráticas, institucionais e também que possuísse maior contato com todos os membros da organização.

A coleta dos dados, a partir da entrevista, realizou-se em dois dias. No dia 05 de novembro de 2015, no turno da manhã, foi entrevistado o aluno e, logo depois, o componente da gestão, o que totalizou 30 minutos de conversa. No dia seguinte, no turno da tarde, o pai contribuiu com a primeira parte da entrevista, seguido pelo professor. O tempo total dos dois dias de entrevistas foi de 52 minutos, que posteriormente foram transcritos, conforme Apêndice 3 desse trabalho.

Outra opção de coleta de dados foi a observação direta que consiste na análise de comportamentos relevantes ou condições ambientais. Esse tipo de instrumento envolve a observação de reuniões, salas de aula, entre outros, (YIN, 2010) e contribui com a pesquisa, pois traz novos entendimentos do contexto do objeto analisado, além do olhar do pesquisador. Esse instrumento foi utilizado no período compreendido entre agosto e novembro de 2015. A pesquisadora foi a campo todas as semanas, nas quintas-feiras, no período da manhã (das 8h15min às 10h45min) e também em eventuais atividades realizadas durante finais de semana, como apresentações, reuniões e encontros do grupo.

Observou-se nas aulas a maneira como os professores trabalham, como dialogam com os alunos e que tipo de atividades são desenvolvidas pelos mesmos. Foi necessário igualmente entender como é realizado o trabalho da assistente social com as famílias e com os alunos do projeto. Além disso, analisou-se também a dinâmica geral de funcionamento do Orquestrarium, desde a chegada dos alunos, passando pelo intervalo, até a sua saída. Durante as reuniões, foi possível perceber as pautas que englobam necessidades e ambições da instituição, além da maneira como os professores são organizados e a estruturação das aulas.

Por fim, a coleta ainda foi acompanhada pela análise documental do projeto. Para Yin (2010, p. 130), “a importância dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes”. Foram investigados quatro (4) arquivos: o primeiro é o Estatuto da Associação Orquestrando Arte Santa Maria, o segundo documento foi um projeto enviado para a busca de sede e transporte, o terceiro é a ficha de inscrição para o projeto “Mais Cultura nas Universidades” e o projeto enviado para ao Programa de Extensão Universitária (Proext) 2016, todos anexados ao final do trabalho.

3.3 Análise dos dados

Nessa etapa do trabalho, são apresentados os resultados das entrevistas, da observação direta e da análise documental realizadas no projeto Orquestrarium. A fim de conduzir a análise, além dos dados coletados, foram destacados alguns pontos do referencial teórico discutido ao longo do trabalho, por acreditar que estes ajudam a responder o problema de pesquisa: “Como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto Orquestrarium em Santa Maria/RS?”.

3.3.1 Análise referente aos direitos de cidadania

No primeiro momento, buscou-se cumprir com o objetivo específico de pontuar as diversas ações que o projeto realiza, assim como relacioná-las com o exercício de direitos trabalhado no segundo capítulo desta pesquisa. Nesse sentido, ressaltou-se os eixos trabalhados pelo projeto Orquestrarium a fim de elucidá-los e relacioná-los aos direitos alcançados através das atividades propostas em cada eixo.

Inicialmente, é necessário enfatizar que o projeto Orquestrarium configura-se como um direito social, pois proporciona espaços de proteção aos jovens, assim como o fortalecimento de vínculos comunitários. Pode-se ratificar esta afirmação já que o Estatuto da Associação Orquestrando Arte apresenta como finalidade, no Art. 2º, a “promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais”. Por se caracterizar como uma organização sem fins lucrativos, seu objetivo é mudar a realidade social dos beneficiados, oportunizando a estes cidadãos novos meios de acesso aos seus direitos.

Foram observadas as atividades realizadas pelo projeto, bem como as informações contidas nos seus documentos com o intuito de compará-los. Assim, é possível verificar se o projeto cumpre com os objetivos e com as metodologias que se propõe realizar.

O primeiro documento analisado foi a ficha de inscrição para o programa Mais Cultura nas Universidades. Nele, consta que o projeto “se inspira na proposta da jornada escolar ampliada (contra turno escolar), tendo em vista a problemática da exclusão econômica, social e cultural, evasão escolar e trabalho infantil, embasada na Constituição Brasileira, legislação vigente” (Ficha de inscrição para o programa Mais Cultura nas Universidades).

Nesse sentido, observou-se que o projeto funciona regularmente de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde, e nos sábados, pela manhã. Os alunos participam todos no contra turno escolar, sendo necessário, para o ingresso no projeto, que os jovens estejam frequentando a escola ou a faculdade. Essa exigência é feita aos alunos, mas atinge principalmente os pais. Viu-se que, em muitos casos, os pais, por se encontrarem em situação financeira crítica, retiravam os filhos da escola para que esses trabalhassem para ajudar a sustentar a família.

No mesmo documento analisado, foi possível destacar que as atividades do projeto são organizadas por oficinas:

- 1- Oficina da família;
- 2- Oficina de apoio pedagógico;
- 3- Oficina de artes integradas;
- 4- Oficina de formação humana.

Notou-se que a oficina da família é uma das primeiras instâncias com a qual os alunos entram em contato. Ao chegarem ao projeto, logo são encaminhados para a entrevista com a assistente social. Ainda se destaca no documento que

Para a inscrição do beneficiário será realizada a entrevista de acolhimento pela assistente social, que tem como objetivo conhecer cada aluno, assim como entender seu entorno social, de forma a oportunizar que se estabeleça um espaço de escuta e de confiança, com o intuito de verificar a existência de alguma demanda existente no grupo familiar (Ficha de inscrição do projeto Mais Cultura nas Universidades).

Durante a observação de entrevistas realizadas com algumas famílias, foi possível perceber que a assistente social primeiramente preenche as fichas de cada novo integrante do projeto. Na sequência, as perguntas são direcionadas a entender a situação de cada indivíduo. Em muitos casos, são descobertos problemas pessoais, tanto físicos, quanto emocionais, como também problemas familiares. Dependendo da situação, a assistente pode intervir ou apenas ficar ciente caso alguma coisa aconteça.

Após esse procedimento, é feito um acompanhamento do desempenho escolar, estimulando os pais e as crianças a frequentarem a escola. Na entrevista com o gestor, ao perguntar se os jovens queriam estar ali, ele cita que

Não é uma obrigação que nem a escola pra eles. Eles faltam menos aqui do que na escola e a gente tem que tá brigando pra eles irem na escola – que é um dos objetivos. Pra não estarem atrasando mais a gente acompanha também o desempenho escolar [...] Aqui, eles vendo que existe alguém puxando [...] já faz com que eles se preocupem na questão do estudo, na questão de estar na aula, na escola e participar efetivamente do aprendizado, por que isso vai servir para o futuro deles (GESTOR).

Após ingressarem no projeto, as crianças têm a oportunidade de participar de diversas atividades. Algumas delas reforçam o incentivo que o projeto dá para o direito à educação, como as práticas realizadas dentro da oficina de apoio pedagógico, em que os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem dos conteúdos na escola tem a oportunidade de ter aulas individuais (de português e matemática) com alguns professores voluntários. Outro fato que deve ser destacado, é que a prioridade do projeto é a escola. Por isso, caso os alunos tenham tarefas de casa ou trabalhos para serem feitos para a escola, eles, devem priorizar estas atividades às aulas do projeto.

Como o Orquestrarium conta com um público vindo de comunidades carentes, existem muitos problemas sociais que afetam as crianças, entre eles: o abuso sexual, a violência doméstica, o uso de drogas, a falta de alimento em casa, etc. Essas questões acarretam em alguns jovens sérios problemas psicológicos. No Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 18) consta como direito o acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Assim, o projeto encaminha os alunos para serem atendidos por profissionais da área da psicologia. Entretanto, verifica-se que o número de profissionais dessa área é pequeno em relação à quantidade de crianças que necessitam de atendimento.

O projeto viabiliza também o direito do cidadão à alimentação quando oferece diariamente lanche no intervalo das aulas. O alimento é doado por algumas empresas (padarias, mercados, etc.) ou pelo bar que se encontra na ULBRA. Em algumas ocasiões festivas, os alunos levam o lanche de casa e compartilham com os colegas.

Em conformidade com os direitos culturais resguardados pela lei, os jovens são inseridos nas atividades de artes integradas. Eles têm a liberdade de escolher qual instrumento gostariam de estudar. Ademais, fica claro que os alunos não tem custo com os instrumentos, pois são doados ou arrecadados através de recursos. Essa integração com as artes também se dá através das aulas de dança contemporânea, coral, teoria musical e artes plásticas. Na

entrevista, o gestor comenta que as aulas de instrumento são diárias, enquanto as outras, embora regulares, aconteçam com menos frequência. Foi possível perceber ainda que essas atividades englobam os alunos de todas as idades.

Em relação às aulas de instrumento, o projeto tem alguns eixos. Os alunos mais adiantados participam da orquestra principal, os alunos intermediários, da orquestra intermediária e os novos, da orquestra dos iniciantes. Assim, todo o semestre é realizada uma prova prática individual de instrumento e teórica para estimular os alunos a estudar e participar das atividades do projeto. Aqueles que não realizam as provas com êxito, não avançam para a orquestra principal, assim como os que já estão na principal podem ser realocados dependendo do resultado da prova. Outro ponto que conta para a seleção das orquestras é o boletim escolar, os alunos que reprovam são automaticamente retirados da orquestra principal.

Consta no Estatuto da Associação: “Promover ações nos aspectos de educação, saúde, recreação e possibilidade de formação profissionalizante” (Art. 2º). Durante a entrevista com o gestor, foi questionado sobre a mudança que o projeto causava na vida desses jovens, ao passo que ele sentenciava que:

A gente percebe a mudança. Uma mudança bem clara assim, que aparece no perfil deles, é que no início do projeto a gente tinha um perfil de pessoas, que queriam ser [pensando] continuar fazendo seu estudo fundamental, concluir talvez o médio, e raros queriam chegar na universidade. E hoje já inverteu esta pirâmide né, nós estamos com a maioria, grande maioria: 90% querem chegar fazer uma universidade, os outros todos pretendem terminar o ensino médio pra poder ter uma profissão um pouco melhor e poder ter outras oportunidades na vida (GESTOR).

Após o relato do gestor, bem como a análise de alguns documentos e da observação direta, percebeu-se o quanto as práticas e as ações desenvolvidas através do Orchestarium contribuem para o processo de participação dos jovens nas atividades do projeto como também no processo seu processo emancipador enquanto cidadãos. Além de assegurar os direitos à educação, saúde, lazer, entre outros, o projeto promove nesses jovens e em suas famílias a visão de um mundo melhor, com acesso a benefícios restritos a eles hoje. O projeto amplia as possibilidades de mudança de vida dessas pessoas. Embora haja alguns problemas institucionais no projeto, seu objetivo é pleno de transformação.

3.3.2 Análise das práticas de comunicação participativa

Esse momento da análise cumpre com o segundo objetivo específico da pesquisa: caracterizar as práticas de comunicação participativa do projeto. Assim, a importância desta

discussão é a identificação das práticas de comunicação participativa que, no decorrer da pesquisa, pode ser entendida através dos meios comunicacionais e do diálogo. Nesse processo de comunicação participativa, os mesmos são essenciais, já que possibilitam a participação dos sujeitos.

Os meios comunicacionais têm se intensificado como canais de expressão de uma comunidade e facilitado a troca de informações entre os sujeitos da mesma. Portanto, os meios utilizados para análise do objeto empírico foram os que aparentemente possibilitam a participação mais efetiva entre os membros do projeto. A partir disso notou-se que existe a troca de informação através do grupo no *Facebook*. Tanto os professores, quanto os alunos postam notícias, curiosidades e informações. O que pôde-se perceber, ao analisar estes grupos, é que há o compartilhamento e a troca de diversas informações entre os integrantes, já estas ferramentas são bastante familiares ao público-alvo do projeto.

Diante disso, foram elencadas algumas postagens feitas no grupo dos alunos no *Facebook* nos dois últimos meses (outubro/novembro de 2015) com intuito de visualizar a troca de informação entre os participantes. Observou-se que grande parte das postagens são feitas por alunos, dando sugestões de músicas para a orquestra, como ilustrado nas figuras 01 e 02:



Figura 1 - Grupo Facebook - Sugestões de música por alunos



Figura 2 - Grupo Facebook - Sugestão de música por alunos

Além disso, os mesmos compartilham curiosidades sobre os instrumentos ou mesmo sobre a música.



Figura 3 - Grupo Facebook - Curiosidade

Os professores também publicam informações pertinentes ao projeto e curiosidades, como apresenta na figura 04.



Figura 4 - Grupo Facebook - Curiosidade

É interessante salientar que em algumas publicações os professores instigam os alunos a estudarem mais sobre diversos assuntos. Eles pedem para que os alunos pesquisem e levem para sala de aula os resultados com objetivo de apresentar para os alunos determinado tema.



Figura 5 - Grupo Facebook - Professor

Pode-se perceber que há um número considerável de visualizações nas postagens. Além disso, a troca de informações e de sugestões entre os integrantes do projeto é relevante. No entanto, por meio da observação das conversas nos grupos, pondera-se que poucos alunos curtem, compartilham ou comentam as postagens. Portanto, esse meio não é plenamente eficaz na participação dos mesmos visto que não existe uma discussão daquilo que é exposto por alguns alunos no grupo. Ainda, não é possível medir, a partir das visualizações, o quanto essas informações e sugestões atingem a todos. Nesse sentido, observa-se que mesmo esse meio de comunicação mesmo sendo importante, ainda não é o mais eficiente para a participação.

Contudo, o processo participativo pode ser verificado, além das redes sociais, também através da comunicação interpessoal atrelada ao diálogo. Baseado nos estudos de Paulo Freire, este autor retrata o diálogo como sendo base da comunicação para a troca de saberes, assim como a criação e o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Ressalta-se que, neste momento da análise, o período de observação foi de extrema importância. Inicialmente, foi possível notar que o diálogo é bastante valorizado no projeto, afinal, o primeiro contato das famílias com o Orquestrarium é através da conversa com a assistente social. Como foi citado anteriormente, todos os novos membros do projeto têm uma pequena entrevista com a assistente social. Durante o acompanhamento, viu-se que essas entrevistas acolhem e fazem surgir muitas angústias por parte dos alunos e dos pais. Deixa de ser uma entrevista formal e passa a ser um local de refúgio para essas pessoas.

Após o primeiro diálogo entre os dois universos (projeto e comunidade), os alunos conversam e conhecem os instrumentos. Os próprios colegas mostram e demonstram o funcionamento de cada instrumento para que os novos alunos tenham a autonomia de escolher aquele com que mais se identificam.

Na ficha de inscrição ao projeto Mais Cultura nas Universidades, consta que

o diálogo se constitui numa forma de possibilitar a construção de um espaço de participação e de ações coletivas, que favoreçam a autonomia e a autodeterminação dos beneficiários, com o intuito de que eles sejam capazes de alcançar qualidade nas oportunidades de suas vidas e de entendimento do processo de cidadania (Ficha de inscrição do projeto Mais Cultura nas Universidades).

Além disso, a comunicação através do diálogo é favorecida pelos bilhetes que são encaminhados às famílias, já que existe dificuldade de acesso das mesmas até o Orquestrarium devido à localização do projeto e a situação financeira dos familiares em se deslocarem até o local. Nesses bilhetes há informações sobre futuras apresentações, reuniões,

assim como pedidos para que os pais compareçam ao projeto para conversar com a assistente social.

Fica evidente a prática do diálogo em diversas instâncias do projeto, além da família. Uma delas está na troca estabelecida entre alunos e professores. Na entrevista, o professor comenta que a didática da aula não se baseia apenas na decisão dos materiais de estudo. Ao contrário disso, os alunos intervêm com sugestões e dialogam juntamente com os professores na escolha das músicas que serão tocadas por eles.

Existem algumas coisas que os professores decidem, visando a evolução deles no instrumento em si, e principalmente as questões técnicas. As outras questões são trazidas “pro” grupo o que eles pretendem, o que eles querem tocar. Por exemplo, algumas peças de filmes, trilhas sonoras foram os alunos que solicitaram (PROFESSOR).

Para o próximo ano, está sendo pedindo sugestões também do que eles querem. Desde repertório para eles tocarem musicais que são atrativas a eles. Então algumas já estão surgindo (GESTOR).

Em consonância com os depoimentos nas entrevistas, pode-se ratificar a participação dos alunos, segundo o documento Ficha de inscrição do projeto Mais Cultura nas Universidades, no qual é assegurado que “o aluno percebe que é peça indispensável na formação da orquestra e do coro e, ao mesmo tempo, tem a consciência de que precisa do grupo para executar as peças musicais”.

O jovem entrevistado relata que nos ensaios do grupo orquestral, os alunos participam das decisões em sala de aula dialogando com os professores. Assim, nota-se um apoio importante entre os próprios alunos e professores nas práticas do projeto.

Durante a observação, foi possível presenciar um momento em que um aluno foi estimulado pelos professores e gestores a apresentar sobre o compositor musical que ele admira. Ele teria uma semana para estudar e mostrar aos colegas o que encontrou. No dia da apresentação, ele levou vídeos e falou sobre o compositor. Surgiram muitos olhares curiosos dos colegas. Algumas perguntas foram feitas, entretanto, quando ele não soube responder, um professor se dispôs a explicar.

Percebeu-se que o projeto instiga o jovem a buscar novos conhecimentos, assim como compartilhá-los com os colegas, com intuito de educar e ser educado. Dessa maneira, as ações do projeto corroboram o que Paulo Freire fala sobre a educação em comunhão, onde os sujeitos trocam conhecimentos e não apenas recebem informações, como na educação bancária. O professor confirma este pensamento de Freire ao expor que “se os alunos

conseguirem entender essa nossa proposta que eles têm autonomia para pensar, refletir e determinar como eles querem agir, a gente mudou a vida de todos eles” (PROFESSOR).

Além disso, uma vez por semana, são realizados encontros da assistente social com alguns grupos de jovens. Nesses encontros, são compartilhados assuntos pertinentes entre os alunos, como violência, drogas, sexualidade, etc. Segundo o gestor, os assuntos são trazidos pelos próprios alunos e seu papel é somente intermediar o diálogo entre eles.

A conversa com a Assistente Social, que acontece pelo menos uma vez por mês com um grupo, às vezes a gente consegue fazer com todos os grupos, mas a gente costuma conversar para tratar de assunto que estão em voga, principalmente com adolescentes, que tem questões sobre sexualidade que eles gostam de conversar eu em casa tem pouca oportunidade, drogas, temas atuais como nudez, de postar fotos, o perigo da internet, as coisas boas que ela traz mas, aquilo que ela não traz de bom, pedofilia, abusos, temas que são pedidos por eles mesmos (GESTOR).

Esses encontros fortalecem o que Souza (2004) e Freire (2014) apresentam sobre os processos de participação na compreensão sobre questões da sociedade. Quando esses jovens começam a discutir sobre a realidade existente, passam a entender e, assim, ampliam a percepção sobre essas questões. Ademais, formulam críticas que direcionam a atitude para o enfrentamento dos problemas.

Pode-se exemplificar a importância desse diálogo na tomada de consciência com alguns relatos de estupros que foram evitados a partir das conversas com a assistente social. Muitas crianças dessas comunidades sofrem com diversos tipos de abusos, todavia, por fazer parte da realidade delas, essas ações se naturalizam. Assim, percebe-se que após diversos encontros e diálogos feitos com essas crianças, mostrando que esse tipo de situação é inaceitável, as mesmas, souberam reagir e evitar que isso acontecesse.

Nesse sentido, questiona-se o gestor sobre como o projeto contribuiu para a mudança de vida desses jovens. O mesmo evidencia diversos aspectos, dentre eles, comenta sobre a mudança no comportamento, que atribui ao diálogo instituído entre a família e os gestores do projeto. Afirma que quando existe algum problema comportamental, os pais também são comunicados e há um diálogo para instruir que estes contribuam com o trabalho do projeto em casa. Segundo o entrevistado, “as nossas próprias formas de conduzir aqui o trabalho faz com que os pais reflitam sobre as ações deles sobre os alunos, então isso muda bastante” (GESTOR). O gestor ainda reforça as mudanças que ocorrem nos alunos em relação a percepção do mundo, já que o projeto tem como objetivo justamente mostrar a eles a realidade.

Eles têm que entender que eles fazem parte de um processo de comunidade, e se a comunidade não vai bem, é por que eu também não estou bem, ou porque eu não estou colaborando tanto quanto eu deveria para haver uma mudança mais significava (GESTOR).

Ainda na discussão teórica proposta nesse trabalho, Freire (2014) e Souza (2004) relatam sobre a questão do diálogo como processo transformador dos sujeitos sociais e como criador de consciência crítica. O gestor, durante a entrevista, relata o quanto é visível a transformação dos jovens no projeto em diversos âmbitos. Na questão da violência, explana sobre

O quanto mudou o caráter deles voltada a brigas, a discussões, a vocabulário pesado. Eles chegam aqui com vocabulário pesado e hoje eles conseguem dizer obrigada, com licença, desculpa [...] E isso tem sido levado aos pais, por que os pais tão aprendendo a dizer obrigada para os filhos, então se isso não é transformação, então não sei (GESTOR).

Outro ponto que o mesmo destaca é a mudança em relação a boas maneiras, o respeito e à postura perante as coisas. Essa transformação contribui com a abertura de novas oportunidades para a participação desses jovens na sociedade. O gestor destaca isso ao afirmar que os jovens têm chamado atenção quando vão se apresentar em empresas, pois aprendem no projeto a serem educados e levam isso para o dia-a-dia. Assim, os empresários tem visto futuro nesses jovens dentro do mercado de trabalho. Portanto,

A transformação é possível, ela tá muito presente aqui. Cada uma das crianças, elas já estão diferentes de quanto elas chegaram. Elas não estão mais iguais e isto é um processo que os professores, por falarem uma mesma língua, por entenderem a proposta da cidadania como um primeiro passo e a música como sendo a liga disso tudo (GESTOR).

Na entrevista com o pai, buscou-se entender de que maneira se dá essa transformação a partir da visão dele. Assim, afirma que

A música já é uma transformação, tu já nasce ouvindo musica. [...] Enquanto cidadão eles poderiam tá fazendo outras coisas, estar em uma rede social fazendo coisas que não evolui em nada na cabeça de um jovem, mas eles estão aprendendo alguma coisa ocupando o tempo que eles têm (PAI).

Além disso, durante o percurso teórico, Freire (2014) e Sodré (2006) falam sobre a questão do afeto na efetivação do diálogo e conseqüentemente na construção da consciência crítica. Neste contexto, pode-se destacar a entrevista feita com o aluno na qual foi perguntado a ele a respeito do que o projeto havia ajudado em sua vida com objetivo de identificar aspectos referentes à cidadania e ao pensamento crítico. Sua resposta ratifica o pensamento

dos autores sobre o afeto e o diálogo: onde só há diálogo, se houver afeto. A pergunta foi: “Em relação ao projeto, como você o mundo?”.

Com amor. Porque o que os professores fazem aqui é transmitir amor. Tipo, eles ensinam através do amor. Se tu pega uma pessoa nova que conheceu o projeto ontem e veio hoje, eles, na primeira vez que vieram já vão querer vir sempre. As pessoas transmitem isso. Não é que nem em outro lugar aí que as vezes tu até paga pra “ta” lá e é tratado de uma forma ruim. Parece que as pessoas tão te fazendo mal. Aqui é ao contrário. A gente acaba trazendo isso pro nosso mundo, tentando ver as pessoas com esse mesmo olhar (ALUNO).

Assim, após algumas entrevistas e observações, notou-se que existe um envolvimento emocional muito grande entre os jovens, e dos jovens com os professores e gestão. O professor ainda salienta na sua entrevista que ele sabe que “todos não vão sair instrumentistas e nem eu quero isto, o que nós queremos aqui é que eles sejam felizes independentemente da escolha, mas felicidade consciente, tudo com responsabilidade” (PROFESSOR).

Esse envolvimento mostrou-se evidente também nos diálogos entre os alunos e a assistente social. Em alguns casos, eles relatam que se sentem mais acolhidos no projeto do que em suas próprias famílias. Muitos apresentam medo de sair de lá por ser a única oportunidade que tem na vida.

Conclui-se, dessa maneira, que o papel da comunicação, através dos meios e do diálogo, é essencial nesse contexto. Apesar de os meios de comunicação no projeto não serem eficazes sozinhos, eles são potencializados pela comunicação interpessoal: o diálogo. Assim, entende-se que a transformação só é possível quando existirem os sentimentos afetivos, pois estes possibilitam e fortalecem a comunicação e a efetiva participação para a transformação social.

Pelo o que pôde ser visto no projeto, por meio das entrevistas, dos documentos e das observações, entende-se que a comunicação evoca, neste caso, o envolvimento da equipe do projeto, dos jovens e de seus familiares na constituição de um novo panorama social ao oferecer a eles a possibilidade de mudança e acesso aos direitos através da autonomia e do empoderamento. Em tempo, salienta-se que em meio às redes sociais e aos meios de comunicação de massa, no *Orchestrarium*, o bilhete, as reuniões e as conversas são as formas mais efetivas de manter a comunicação para o exercício da participação e da cidadania.

3.3.3 Análise referente aos graus de participação

Nesta parte da análise, trabalhou-se com os sete tipos de graus referentes à participação, de acordo com os estudos de Bordenave (2007). A finalidade desta observação foi verificar se e de que forma os membros envolvem-se nas decisões do projeto. Os graus descritos pelo autor em questão são:

- 1) Informação;
- 2) Consulta Facultativa;
- 3) Consulta Obrigatória;
- 4) Elaboração/recomendação;
- 5) Co-gestão;
- 6) Delegação; e
- 7) Autogestão.

Porém, o objetivo aqui não é detalhar cada um desses graus dentro da instituição, mas analisar, a partir da teoria de cada grau e dos dados coletados, em qual deles está compreendida a atuação dos membros. E, dessa maneira, investigar se a sua participação está sendo efetiva dentro do projeto.

Primeiramente, buscou-se entender de que forma são tomadas as decisões no projeto, a partir de que instrumentos e quais membros participavam dessas decisões. Posto que, durante a entrevista realizada com o gestor do projeto, foi indagado sobre essa questão e na sua resposta asseverou:

A princípio assim, nós fazemos sempre reuniões com os professores, é... Diretoria envolvida, então, a gente procura fazer reuniões com a diretoria primeiramente ver qual é o caminho que a gente quer tomar e depois traz o assunto para os professores (GESTOR).

Pode-se entender a partir deste relato, que a hierarquia da gestão é respeitada já que primeiramente as decisões partem da gestão para depois atingir os professores. Além disso, no documento “Estatuto da Associação Orquestrando Arte Santa Maria/RS” consta como um direito dos associados participar das reuniões propostas tanto pela Diretoria, quanto pelo Conselho Fiscal, bem como “receber informações sobre o andamento das atividades desenvolvidas pela instituição” (Estatuto da Associação Orquestrando Arte, 2014, Art. 7º). Porém, as reuniões realizadas com a diretoria são pouco frequentes, sendo que é neste espaço onde são tomadas a maior parte das decisões e a elaboração de futuras ações do projeto. Foi possível observar que nem todos os associados participam dessas reuniões da gestão, mesmo

que legalmente tenham direito de intervir nas decisões do projeto. Sendo assim, eles somente são informados a respeito das deliberações instituídas e das atividades promovidas.

Além da reunião da gestão, que busca mais exclusivamente a participação dos associados e da diretoria, existe outro tipo de reunião realizada com professores, bolsistas e colaboradores que acontece normalmente duas vezes por mês. Quem conduz esta reunião é a assistente social e uma professora, por geralmente estarem mais envolvidas com o projeto. Percebeu-se que grande parte dos professores participa dessas reuniões, com exceção de alguns que esporadicamente não podem comparecer.

Dessa forma, para as reuniões realizadas com os professores, bolsistas e colaboradores, são previamente elencadas pautas para discussões e também informações relevantes aos membros sobre as ações realizadas pelo projeto. Ademais é feito um *feedback* das ações já realizadas. Na Ata da reunião realizada no dia 3 de julho de 2015, observou-se que os diversos assuntos debatidos tinham relação com o resultado de trabalhos já realizados como

os resultados do trabalho intensivo realizado no Monet Plaza Shopping: doação de um trompete à Associação; novas parcerias como da Jungton Comunicação Visual, Praver Chocolates de Gramado; Também relatou que nesse período de exposição, algumas pessoas se interessaram em colaborar com o projeto, nas suas diversas formas (ATA 03/07/15).

Percebeu-se que durante as reuniões entre professores e gestão prevalece uma característica bastante informacional, já que os gestores repassam informações e decisões já tomadas. Entretanto, no que se refere à organização das aulas, os professores assumem uma responsabilidade maior na questão de decisões. Nesse sentido, a gestão avalia a disponibilidade de cada professor para organizar os horários semanais. Como pode-se perceber consta na mesma ata que

Os professores presentes manifestaram suas disponibilidades de horários para o semestre que inicia. A gestora aguarda a manifestação dos demais professores e a confirmação dos horários que ainda estão incertos para organizar e distribuir as aulas e atividades (ATA 03/07/2015).

Observa-se, portanto, que os professores perpassam pelo grau da informação (onde os dirigentes apenas informam sobre decisões já tomadas) e da consulta facultativa (onde os membros não precisam ser consultados necessariamente), porém não atingem o grau de consulta obrigatória, que acontece quando os membros devem ser consultados em determinadas ocasiões. Na entrevista, o professor, quando questionado acerca da tomada de decisões no projeto, destacou que

As decisões tomadas são coletivas, e nenhum professor decide as atividades do projeto sozinho. O professor tem toda a autonomia de determinar as aulas, organizar, realizar, sem estresse nenhum só que as decisões que envolvem o grupo maior são todas tomadas em reunião com os professores (PROFESSOR).

Percebe-se que há um consenso entre a gestão e os professores, o que não configura um poder de decisão nem mesmo uma consulta obrigatória, pois eles apenas informam seus horários disponíveis para aula com objetivo de organização. Assim, é possível notar que as decisões finais são da gestão mesmo que haja a opinião de algumas instâncias do projeto a fim de contemplar os objetivos visados.

Não se tem registro da presença de nenhum pai nas duas atas de reunião analisadas. Somente um aluno compareceu (nas duas reuniões, segundo registrado em ata), pois o mesmo iria assumir como aluno-monitor do projeto. Apesar disso, diante do formulário enviado ao Programa de Extensão Universitária (PROEXT), para o ano de 2016, percebeu-se o interesse da instituição em promover a participação da família nas ações do projeto. No documento, é proposto como objetivo específico: “Oportunizar a participação familiar no processo formativo dos beneficiários diretos” (Proposta Proext, 2016).

Ao questionar o pai entrevistado sobre a sua participação nas decisões, ele deixa claro que não participa das reuniões da gestão. Com relação as informações, ele afirma que as recebe via *Facebook* e bilhetes enviados pela gestão. “Às vezes eu recebo um bilhetinho, na maioria das vezes quando é pra eles irem a algum lugar tocar, eu recebo um bilhetinho já escrito o local, já pedindo a autorização pra eles irem até esse local e até o horário que eles vão voltar” (PAI).

Quando o gestor foi indagado sobre a participação dos pais nas ações do projeto, ele relatou que o envolvimento é mínimo. Apenas alguns pais colaboram com apoio financeiro, ideias e participam de reuniões. No documento enviado para o programa “Mais Cultura nas Universidades” consta como oficina da família a

busca através de grupos e encontros com os pais ou responsáveis trazer a discussão sobre temas pertinentes ao crescimento e desenvolvimento de seus filhos, assim como de temas atuais, que viabilizem seu protagonismo social enquanto cidadãos de direitos (Ficha de inscrição no Programa Mais Cultura Nas Universidades).

Ainda, na entrevista com o professor, questionou-se sobre a participação dos pais nas decisões e ele mencionou que ocorrem reuniões semestrais em que os pais são informados sobre as decisões do projeto e sobre questões comportamentais dos filhos. O professor ainda relata que nas apresentações contam com um grande número de pais presentes. Entretanto, percebe-se que a grande maioria dos pais atinge apenas o grau da informação através de

bilhetes ou de redes sociais, sendo que esta forma de comunicação pode não atingir a todos os interessados em função do acesso à rede, por se falar de uma comunidade de baixa renda.

O nível de informação dos pais é ainda muito básico, já que os mesmos são somente avisados das atividades realizadas. Contudo, algumas propostas são vislumbradas pelo projeto a fim de incluir os pais na gestão do projeto. Todavia, para envolvê-los é necessário mais do que sua participação em reuniões ou através do apoio financeiro. A participação dos pais, além de possibilitar o seu protagonismo, auxilia no acolhimento da família como um todo e na sua atuação conjunta.

Em consonância com esta ideia, o gestor expõe que gostaria de uma participação mais efetiva dos pais no projeto, mas aponta certa dificuldade.

Em questão da participação dos pais, eu gostaria que tivesse uma participação mais ativa na liderança do trabalho, tomada de decisões, mas a gente sabe que é bastante difícil em projetos sociais, as pessoas se implicarem dentro de atividades como esta. Às vezes os pais não vão nem na escola buscar o boletim do aluno (GESTOR).

O pai entrevistado foi indicado pela assistente social por ser um dos mais presentes nas ações do projeto comparado com a maioria dos pais. Dessa forma, perguntou-se a ele de que forma intervia nas decisões, na sua resposta, ele disse que somente opinava: “Eu participo às vezes trocando ideias com a assistente” (PAI). Entretanto, ele reconhece que a sua participação não é ativa: “Acho que minha participação é limitada, acho que qualquer pai é limitado, não vou conseguir mudar muita coisa” (PAI). Indaga-se, nesse sentido, o porquê de ele acreditar que sua participação é limitada. Percebe-se, assim, a partir da sua afirmação, outra questão relevante de ser pensada neste contexto: quanto o nível social dificulta o acesso e a participação dos atores sociais.

Eu não tenho muito tempo. Acredito que teria muitas ideias, assim como aprendi, como tu deva ter muitas ideias também, mas o tempo não permite. [...] Se eu pudesse ficaria o dia todo aqui fazendo alguma coisa, mas a condição social da gente, digamos assim, não permite que você faça isso. Mas se eu tivesse oportunidade de fazer isso, eu faria (PAI).

Observou-se ainda que não seja somente as condições sociais que impedem uma participação maior dos pais na gestão e nas ações em geral do projeto, mas também o local onde se desenvolvem as atividades. A população atendida pelo projeto encontra-se quase em sua totalidade nos bairros do Alto da Boa Vista e Nova Santa Marta, entretanto, hoje, os jovens são atendidos na ULBRA, em um *campus* bem distante das comunidades citadas. Assim, a falta de recursos financeiros dessa comunidade e a escassez de transporte público até lá, dificulta o acesso ao local e conseqüentemente a participação dos membros. Porém,

percebeu-se a consciência da gestão perante esse problema, pois na entrevista com o gestor, foi relatado acerca da dificuldade decorrente do projeto não estar situado na ou próximo à comunidade.

Em relação aos jovens, observou-se que eles, ao contrário dos pais, têm acesso facilitado à gestão em virtude do convívio diário. Quando foi perguntado ao aluno sobre a participação dele nas decisões do projeto, o mesmo informou que normalmente os alunos participam por meio de opiniões e sugestões. Ele afirmou também que a gestão repassa informações gerais em relação ao projeto, assim como a arrecadação de novos recursos, chegada de instrumentos, etc.

Após uma análise geral acerca dos graus de participação, pode-se notar que é papel da gestão a tomada de decisões. Já a participação entre os demais integrantes do projeto está vinculada ao grau de informação na maior parte das vezes. Como foi citado anteriormente, no caso dos professores, estes chegam a atingir o grau de consulta obrigatória, já que para ministrar as aulas, eles precisam ser consultados em função da sua disponibilidade de horários, como em uma relação simplificada de causalidade para a realização das aulas. Dessa forma, é necessária a consulta dos professores para que as aulas, de fato, ocorram. Assim como os professores, alguns pais (geralmente os que mais têm acesso ao projeto) atingem o grau de consulta facultativa. O que evidencia que, em grande parte dos casos, os pais são apenas informados sobre as ações do projeto.

Além disso, verificou-se que há uma segmentação em relação ao repasse de informações. Destaca-se, deste modo, quatro tipos de segmentos existentes: o primeiro é a reunião direcionada à gestão, que decide basicamente todos os assuntos burocráticos e institucionais do *Orchestrarium*. No segundo segmento, há uma reunião realizada mensalmente em que são repassadas as decisões para professores, colaboradores e bolsistas do projeto. No terceiro segmento, informações diárias e semanais são repassadas aos alunos. Por último, há a reunião geral, durante o semestre, que conta com grande parte dos pais presentes, em que os assuntos tratados dizem respeito à situação geral do projeto, como as suas ações, as futuras apresentações, os espetáculos, etc. Nessa reunião, também há a entrega do parecer dos filhos.

Assim, essa segmentação de informações, além de evidenciar a hierarquia institucionalizada do projeto, gera problemas na comunicação, pois percebe-se que alguns pais têm mais informações e acesso que outros, assim como os professores e os alunos. Entretanto, verifica-se a necessidade do projeto em segmentar as informações, por conta do grande número de pessoas envolvidas. Hoje são aproximadamente 500 membros abrangidos

direta e indiretamente pelo projeto, o que dificulta a criação de um espaço em que todos possam participar das decisões no mesmo grau, embora esse deva ser o objetivo do projeto, assim como evidenciado em algumas preocupações relatadas pelos entrevistados e em algumas propostas futuras do Orchestarium.

3.3.4 Análise referente aos níveis de participação

Após a análise dos graus propostos por Bordenave (2007), nesta parte, avaliou-se os níveis igualmente trabalhados pelo autor. Os níveis dizem respeito à importância das decisões institucionais. Da mesma maneira que na avaliação dos graus, o objetivo aqui não será ponderar cada tipo de nível, mas sim relacioná-los às práticas dos membros do projeto. Bordenave (2007) seleciona seis níveis, sendo eles:

- 1) Formulação da doutrina e da política da instituição;
- 2) Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias;
- 3) Elaboração de planos, programas e projetos;
- 4) Alocação de recursos e administração de operações;
- 5) Execução de ações; e
- 6) Avaliação dos resultados.

Durante o processo de observação direta, foi possível notar a importância que a participação conjunta de todos os membros, mesmo com algumas imposições já apontadas, tem para o desenvolvimento do projeto. Mesmo que apenas com opiniões, os próprios alunos, por exemplo, contribuem conjuntamente com a gestão. Ao entrevistar o aluno, perguntou-se de que tipos de decisões ele participava. Ele respondeu que ajudava a gestão a pesquisar instrumentos musicais novos para o Orchestarium, assim como cooperava na avaliação dos instrumentos que não estavam em condições de uso, para serem, então, trocados.

A gente teve que pesquisar instrumentos. Também tinha que ver os instrumentos que tem aqui. Ver quantos tem de cada instrumento. Se têm uso, se não tem. Eu tive que abrir todos os instrumentos, vê se “tava” tudo certo, se tinha todas as coisas dentro... Arco. Se não tinha nada quebrado, se “tava” em uso (ALUNO).

A partir deste trecho da entrevista, pode-se inferir que a participação por parte do aluno encontra-se no nível de execução de ações, nível 5. Além disso, observou-se que, a partir de informações repassadas aos alunos sobre a falta de recursos para a compra de novos instrumentos, assim como de outros tipos de materiais, eles mesmos se dispuseram a

contribuir, através de redes sociais, como o *Facebook*, para divulgar o projeto, assim como a venda de rifas para arrecadar fundos. Dessa forma, entende-se que os alunos enquadram-se também no nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações.

Existem outros tipos de decisões, que não estão voltados à questão institucional, mas ao planejamento de aulas, repertório para apresentações, etc., em que os alunos intervêm. O aluno entrevistado confirma esta preposição ao enfatizar que contribui com sugestões durante as aulas, assim como seus colegas.

Ah, às vezes no coral, por exemplo, eu ajudo um pouco. Eu dou sugestão de coreografia. Na orquestra, como a professora Elen não toca instrumento de cordas, aí não só eu, mas todos os outros ajudam ela. Tipo: Ah! Aqui a gente pode fazer pra baixo o arco, aqui pode ser tal tipo de arcada. Então a gente ajuda mesmo a gente sabendo muito pouco (ALUNO).

Além disso, na entrevista com o professor, ele ratifica a fala do jovem e acrescenta que os alunos trazem as peças que gostariam de tocar para a sala de aula, contribuindo com a dinâmica do processo de aprendizagem. Em um trecho da conversa, ele ainda comenta: “Algumas apresentações inclusive, os alunos solicitam pra que sejam realizados, eles se organizam, promovem o primeiro diálogo com o espaço, com as pessoas envolvidas e aí eles apresentam” (PROFESSOR). Ao passo que os alunos participam, favorece o seu nível de decisões no projeto, o que qualifica, conforme Bordenave (2007) o nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos.

As decisões gerais, como relatou o gestor, pertencem à gestão, desde a formulação da doutrina e da política da instituição até a avaliação dos resultados. Durante o período de observação, foi possível notar que a gestão atua em todos os níveis. Entretanto, não são todos os membros da gestão que participam efetivamente de todos esses níveis. Tem-se o exemplo de colaboradores e associados que não comparecem nas reuniões.

O gestor também foi questionado sobre em que tipo de decisões os pais participam. Ele afirmou que, na maior parte das vezes, os pais apenas são ouvintes e aceitam as propostas da gestão. Porém, após a conversa com o professor, percebeu-se que a participação dos pais atinge o nível 5 quando eles executam tarefas que beneficiam o projeto. “Alguns pais auxiliam na manutenção dos próprios instrumentos, nos materiais de apoio como estantes, ações pra arrecadar recursos por que eles estão a par das nossas necessidades e que no momento é o transporte” (PROFESSOR). O pai ratifica o que é dito pelo professor durante a entrevista quando relata:

Tento participar quando necessário assim, eu não tenho formação em música, então eu tento, quando estraga um instrumento, eu tento consertar. Teve um tempo, eu tive

[pensando] um longo tempo como voluntário. Um dia da semana mais pra levar e buscar as crianças por que o Orchestarium não tinha transporte (PAI).

Conforme dito pela gestão, alguns pais contribuem com a tomada de decisões e com a busca de parcerias para o projeto. Além disso, os que têm acesso à internet utilizam-se desse meio para contribuir com a divulgação do Orchestarium e para arrecadar recursos para o mesmo. Assim, os pais passam a atingir os níveis 3, 4 e 5 (Elaboração de planos, programas e projetos; Alocação de recursos e administração de operações; e Execução de ações, respectivamente). O gestor corrobora ao dizer que

Colocamos notícias sobre eventos onde é aberto para os pais participarem. Eles curtem, colocam lá: contem comigo. Eles fazem comentários e curtem o que está sendo colocado, quem tem acesso a internet, por que nem todos têm. Mas a gente vê que eles conseguem se informar. Os que têm acesso curtem as fotos dos filhos. Mas eles têm participado com comentários divulgando, compartilhando e isso faz com que divulgue o projeto e a instituição (GESTOR).

Após entender em quais níveis de participação os pais se encontram, buscou-se analisar a participação dos professores nas decisões. Durante o tempo de observação, foi possível visualizar que o grupo de professores é diversificado. Existem aqueles que fazem parte do curso de música da UFSM e, portanto, recebem da instituição como bolsistas. Há também professores voluntários e professores que não tem vínculo com a universidade. Estes recebem uma ajuda de custo para seu deslocamento até a ULBRA.

Os professores bolsistas necessitam cumprir carga horária definida, o que implica em participarem mais de todas as atividades do projeto. Já os professores não-bolsistas ajustam seus horários conforme podem. Portanto, existem professores que participam diariamente, enquanto outros vão uma ou duas vezes por semana. Segundo o relato do professor entrevistado, sua participação se dá tanto como educador, como nas tarefas de organização.

Minha função aqui é de educadora e algumas vezes por falta de outras pessoas acabo assumindo outras funções: de organizar horário dos “profês”, dos alunos. Às vezes, ajustar as aulas de acordo com a disponibilidade dos professores. Então acredito que além de educadora então mais esta função de organização (PROFESSOR).

Durante o período de observação, percebeu-se que este professor não participa somente da parte educacional, pois frequenta as reuniões de gestão, contribuindo também com a elaboração de planos para o projeto, o que caracteriza o nível 3, de Bordenave (2007). Todos os outros professores executam ações, circunscritas no nível 5, como a divulgação do projeto via redes sociais, ajustes de horários de aulas, datas de apresentação, organização de instrumentos, ajustes de instrumentos, etc., a fim de alocar de recursos e auxiliar na

administração de operações. A grande maioria também contribui com a busca de recursos financeiros (nível 4) através da venda de rifas e jantares da instituição.

Ao término da análise dos níveis, assim como da investigação dos graus de participação, fica evidente que as decisões mais importantes cabem apenas à gestão, atingindo poucos integrantes do Orchestarium. Os demais membros auxiliam no que está ao seu alcance a fim de dar conta das necessidades básicas para o bom andamento do projeto. Entretanto, eles não atingem o nível 1 de participação que se relaciona à formulação da doutrina e da política da instituição, tampouco, os níveis 2 e 6, determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias, e avaliação de resultados, respectivamente. O que se pode constatar é que os membros do Orchestarium participam por meio, principalmente, da execução de ações e alocação de recursos, de acordo com os níveis 5 e 4, a fim de manter o funcionamento do projeto.

Por fim, podem-se destacar alguns pontos com a finalização da análise. No primeiro momento, buscou-se identificar quais práticas exercidas no projeto cumpriam com o exercício da cidadania. Para isso, usou-se do auxílio de leis que asseguram os direitos dos sujeitos enquanto cidadãos. Foi possível perceber que todas as ações desenvolvidas pelo projeto fomentam o exercício da participação dos jovens e, por conseguinte, viabilizam o acesso a diversos tipos de direitos. Ainda, no segundo momento, buscou-se caracterizar as atividades às práticas de comunicação participativa. Assim foi possível observar que o projeto carece de maior participação através dos meios comunicacionais, entretanto, o diálogo como fonte de comunicação interpessoal, possibilita que a transformação seja efetivada.

No último momento, utilizou-se da teoria de Bordenave (2007) para fazer análises referentes aos níveis e graus de participação dos membros no Orchestarium. Ficou evidente que há uma segmentação das informações, o que muitas vezes dificulta os processos de comunicação. Entretanto, essa segmentação se faz necessária por questões de organização institucional, já que o projeto conta com um grande número de membros. Ainda assim, os membros em sua maioria, participam com intuito de fortalecer questões econômicas e estruturais que possibilitem melhorias para o projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se entender, a partir dessa pesquisa, como as práticas de comunicação participativa fomentam o exercício da cidadania no projeto Orquestrarium em Santa Maria/RS. Assim, através dos instrumentos de coleta de dados propostos para o percurso metodológico, buscou-se responder a este questionamento, assim como, atingir os objetivos do trabalho.

A abordagem da temática de comunicação comunitária foi guiada principalmente por Peruzzo e permitiu entender que esse conceito está vinculado a um pensamento mais igualitário na sociedade atual que busca, juntamente com os atores sociais, respostas a problemas concretos, identificados por aquelas pessoas que se incomodam com eles. Para isso, a comunicação comunitária necessita essencialmente da participação dos cidadãos para que seja eficaz no exercício da cidadania.

Diante disso, a relação entre comunicação participativa e cidadania está nas práticas comunicativas para disseminar informações e comprometer as pessoas. Percebeu-se que, em um mundo de avanço das tecnologias de informação e de comunicação, ainda o meio mais eficiente e eficaz de comunicar, de buscar constantes mudanças, melhorias e soluções de problemas sociais, é o diálogo. Foi possível observar que esses instrumentos comunicacionais e participativos possuem impactos positivos na consolidação dos direitos do cidadão ao transformarem sujeitos passivos em ativos. Sem a autonomia, a independência, a criatividade, a mágica das ideias compartilhadas e o potencial humano despertado, seria sufocante para um grupo compartilhar a busca da evolução ativa.

Como resultados da análise, ao pontuar as ações realizadas pelo projeto, notou-se que os aspectos que fomentam o exercício da cidadania são variados. Dentre eles, pode-se destacar o direito à educação, tanto de questões musicais, quanto do próprio ensino básico. O projeto estimula a todo o momento a formação cidadã a partir de aulas individuais e de reforço de algumas disciplinas e o incentivo para a execução das tarefas da escola.

No âmbito vinculado aos direitos enquanto cidadão cabe ainda ressaltar que, quando foi escolhido trabalhar com esse objeto empírico, sabia-se das questões socioeconômicas que estavam envolvidas e estas instigaram ainda mais a pesquisa. Sabe-se que o índice de violência está bastante atrelado às condições econômicas dessas comunidades. Muitos jovens chegam ao projeto com casos de assassinato na família, abuso sexual, entre vários outros tipos de violência. Isso gera uma série de problemas emocionais nos jovens e nas famílias, entretanto, a situação econômica não possibilita a busca por profissionais da área para

minimizar os problemas. Assim, ao oferecer atendimento psicológico a esses cidadãos, o projeto fomenta o direito à saúde, à proteção e, assim, o exercício da cidadania. O projeto, por contar com profissionais voluntários, ainda possui uma carência nesses atendimentos, no entanto, estes profissionais têm uma identidade com a liberdade humana, apresentam, em geral, um claro senso de busca de autor realização, estendendo aos outros beneficiários de seus serviços, o mesmo senso, a mesma direção.

Ao caracterizar as práticas de comunicação participativa, pode-se perceber que estas se desenvolvem inicialmente através dos eixos que o projeto se propõe a realizar. Cada uma das práticas incorporadas nos eixos desenvolve a participação dos jovens de diversas formas. Uma delas está nos meios comunicacionais que no projeto se estabelece via plataforma do *Facebook*. Porém, ficou claro que apesar de existirem um número considerável de postagens e participação dos jovens na plataforma, a comunicação entre eles através dela não é plena, pois há pouca interação no que é postado.

Ademais, constatou-se que o diálogo, como forma de comunicação participativa destacado na análise, potencializa o comunicar entre os membros do projeto. Apesar de a comunicação não ser eficaz somente através dos meios, ela é possível através do diálogo que ocorre em todas as instâncias do projeto. Esse diálogo é um processo educativo e transformador, pois possibilita as pessoas enxergarem as questões que cercam o mundo não apenas de uma forma, mas sim com diversos vieses e perspectivas.

Mas pelo fato do diálogo estar atrelado ao processo educativo, acontece de forma lenta e gradual. Isso justifica o porquê de ainda o projeto ter pouca participação nas decisões em nível relevante, principalmente por parte dos pais e alunos. Em primeiro lugar, há uma limitação devido ao acesso da comunidade no projeto, já que não está inserido dentro dela. Em segundo lugar, o *Orchestrarium* é uma organização social recente, com menos de 04 anos de existência. Muitos jovens que entraram ainda estão em processo de desenvolvimento e a educação demanda tempo. Além disso, recentemente as famílias passaram a dar mais valor e enxergar a importância que o mesmo tem para seus filhos. Acredita-se que com o tempo, essas questões serão aprimoradas e, assim, haverá maior participação dos membros no que diz respeito à construção coletiva dos objetivos do projeto.

Compreende-se, assim, que a comunicação participativa no projeto *Orchestrarium* baseada nos meios comunicacionais e no diálogo transformam os sujeitos em cidadãos mais críticos e conscientes, porém, ela é potencializada pelos processos afetivos que o mesmo incita nos membros. Através dos dispositivos do afeto, cria-se a possibilidade de comunicação

e, assim, a transformação dos sujeitos para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária por meio do acesso aos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BARBERO, J. M. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____. **O que é comunicação**. 18º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASIL. Lei 8,069, 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- CAMARGO, Orson. "O que é cidadania?"; **Brasil Escola**. (s/d). Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.
- CARACTERÍSTICAS psicológicas da criança dos 10 as 12 anos. **Aldeia Educação**. Disponível em <<http://educacao.aldeia.net/psicologia-crianca-1012-anos/>> Acesso em: 09 nov. 2015.
- CÉSAR, R. E. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W.L. **Relações Públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 78-91.
- COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 9º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DUARTE, M.Y.M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009
- FELICE, M. D. As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W.L. **Relações Públicas comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 29-44.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 57ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Cartas a Guiné-bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, C. Comunicação Comunitária na América Latina. **Observatório Jovem do Rio de Janeiro**. São Paulo, 28 agosto. 2007. Entrevista.

KUNSCH, M. M. K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W.L. **Relações Públicas comunitárias**: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 165-180.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisados e as reelaborações no setor. In: BARBALHO, A; FUSER, B; COGO, D. **Comunicação e Cidadania**: Questões contemporâneas. Fortaleza: Demócrito rocha, 2011. p. 9-27.

_____, C. M. K. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. Pensamento Comunicacional Latino-Americano – PCLA, São Bernardo do Campo, vl. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em < <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>> Acesso em: 10 out. 2015

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W.L. **Relações Públicas comunitárias**: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 137-164.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**: Afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M. D. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.

Documentos analisados

ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE. **Projeto sede e transporte**. Santa Maria, 2015

ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE. Orquestrando Arte. **Ata da reunião realizada no dia 24 de agosto de 2015**.

BRASIL. Lei 6.015, 31 de dezembro de 1973. **Estatuto Orquestrando Arte**. Santa Maria, 2014.

Formulário de Inscrição. **Projeto Mais Cultura nas Universidades**. Santa Maria, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Formulário de cadastro de programa de extensão**. Edital Proext, 2016.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro de entrevista para pai e aluno

- 1) Como você participa do projeto? (Fale em que atividades e de que forma é esta participação)
- 2) Existe algum tipo de intervenção nas decisões do projeto? (Quais decisões)
- 3) Como recebe informações sobre futuras ações e atividades do projeto?
- 4) De que maneira sua participação contribui com as atividades do grupo?
- 5) Você acredita que a sua participação no Projeto transformou sua vida? De que forma?

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista para professor e gestor

- 1) Qual o cargo que possui dentro da organização?
- 2) Como são tomadas as decisões do projeto?
- 3) Há uma participação efetiva dos pais e colaboradores nas ações do projeto? Se sim, como?
- 4) Você acredita que o projeto muda a vida daqueles que beneficia? De que forma?

Apêndice 3 – CD com transcrição das entrevistas

ANEXOS

Anexo A – CD - Estatuto da Associação Orquestrando Arte de Santa Maria

Anexo B - CD- Projeto: Sede e transporte

Anexo C - CD- Ficha de Inscrição no projeto "Mais Cultura nas Universidades"

Anexo D – CD- Proposta para projeto Proext 2016